



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência pública e reunião ordinária	Nº: 1066/13	DATA: 13/08/2013
INÍCIO: 11h02min	TÉRMINO: 13h41min	DURAÇÃO: 02h39min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h40min	PÁGINAS: 59	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Pesquisador associado à ONG Davida. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Presidente do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará — GEMPAC. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA - Presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais — APROSMIG. FRANCISCO GOMES DOS SANTOS - Coordenador da Coordenação de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego. RENATO BIGNAMI - Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego de São Paulo. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Advogada e Presidente da ONG Organização Universalista em Direitos Humanos, do Estado do Acre.

SUMÁRIO: Debate sobre a regulamentação das atividades dos profissionais do sexo e apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a presente reunião da CPI destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011.

A presente reunião destina-se à audiência pública e à deliberação de requerimentos constantes da pauta.

Convido a tomar assento à Mesa o Deputado Federal Jean Wyllys, o Sr. Thaddeus Gregory Blanchette, a Sra. Lourdes Barreto e o Dr. Francisco Gomes, enquanto aguardamos a chegada dos demais convidados.

Antes de iniciar a oitiva dos convidados, indago se a Sra. Relatora deseja fazer uso da palavra.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente Asdrubal, todos os convidados presentes para este debate, hoje nós estaremos fazendo um debate importante sobre uma questão que veio à luz diante das investigações da CPI do Tráfico de Pessoas, que seria justamente a avaliação de um projeto de lei que tramita na Casa e que tem sido acompanhado pelo Deputado Jean Wyllys, projeto esse que fala justamente da regulamentação da profissão das prostitutas.

É um tema polêmico, nós sabemos, e achamos que seria muito importante que esse tema fosse debatido nesta Comissão, justamente devido à exploração que nós temos visto em vários lugares, de várias formas, e entendendo a importância da discussão desse assunto, que seria uma das formas de enfrentamento à exploração sexual, que também é matéria-prima do tráfico de pessoas. Então, nós estaremos aqui neste debate hoje.

Quero devolver a palavra ao Presidente, Deputado Asdrubal Bentes, para que S.Exa. coordene os trabalhos desta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Agradeço pela manifestação a V.Exa.

De pronto, passo à oitiva dos convidados.

Por deferência do Deputado Jean Wyllys, que pretende ser ouvido ao final, concedo a palavra a Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira, Presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais — ASPROMIG.

Ela não chegou? (*Pausa.*)



Então, concedo a palavra ao Sr. Thaddeus Gregory Blanchette, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu vou tentar ser breve e resumir alguns dos principais pontos sobre essa questão.

Em primeiro lugar, eu devo explicar quem eu sou. Gabriela Leite deveria ter vindo ao meu lugar. Eu venho no lugar dela para dizer a verdade. Gabriela Leite, Lourdes e várias outras pessoas são veteranas na luta pelos direitos das prostitutas neste País. Eu não sou um trabalhador sexual. Eu trabalhei brevemente, quando jovem, como dançarino erótico, só. Atualmente, eu sou antropólogo, associado à Davida, em pesquisa sobre prostituição e tráfico de pessoas na cidade do Rio de Janeiro, particularmente ligada à questão de turismo sexual e grandes eventos.

Eu e minha esposa, Dra. Ana Paula da Silva, somos antropólogos, temos investigado essa questão desde 2004. Até agora temos entrevistado, conversado e interagido com mais ou menos 2 mil prostitutas no Rio de Janeiro, das quais quase a metade ou viajou para trabalhar no exterior ou voltou do trabalho no exterior ou está almejando ir para o exterior em algum momento trabalhar.

No Brasil, nós temos uma confusão sobre o conceito de tráfico, particularmente entre nossos políticos, agentes de segurança e as ONGs que trabalham nessa área. A confusão é de fato inteligível, porque a lei brasileira que regulamenta o tráfico de pessoas foi formulada em 1940, não para proteger pessoas escravizadas, não para proteger pessoas que tinham sido extraviadas das suas terras para trabalhar, forçadamente, em regime de trabalho escravo, como confirma o Protocolo de Palermo. A atual lei brasileira que regulamenta o tráfico de pessoas, art. 231 e 231-A do Código Penal brasileiro, define o tráfico de pessoas simplesmente como a migração assistida de prostitutas, independentemente de qualquer consideração sobre se essa migração foi voluntária, se envolvia violação de direitos humanos ou não. Essa lei foi estabelecida em 1940 como parte do nosso atual conjunto de leis sobre a prostituição no Brasil, porque em 1940 o Brasil almejava eliminar em 100% e em caráter absoluto a prostituição. Essa posição chama-se abolicionismo. As leis brasileiras sobre prostituição e sobre tráfico de pessoas são abolicionistas no seu intuito. Elas não miram na salvação, no resgate ou na ajuda às vítimas de trabalhos forçados, aos escravos etc. e tal, miram na



eliminação da prostituição. E nós podemos ver como essas leis foram bem sucedidas, não, senhores e senhoras, porque no Brasil não existem mais prostitutas, depois de 70 anos de leis abolicionistas. O comércio sexual deste País continua tão grande como nunca, e vai continuar grande como nunca. Nossas atuais leis não fizeram nada, a não ser situar uma classe de trabalhadores, os trabalhadores sexuais, como classe semicriminosa.

Em 2002, o Protocolo de Palermo finalmente foi assinado. O Brasil assinou e o ratificou em 2004. O Protocolo de Palermo inaugura um novo entendimento do tráfico de pessoas, que especificamente mira na desarticulação da prostituição voluntária e consensual do conceito do tráfico. Após vários estudos da ONU, a ONU decidiu que nós não podemos continuar definindo a migração de prostitutas como tráfico de pessoas. O Protocolo de Palermo entende — e ele foi assinado pelo Brasil — o tráfico de pessoas de uma nova maneira. Ele entende o tráfico de pessoas como o recrutamento através de fraude, força, coerção ou manipulação da situação de vulnerabilidade para pessoas trabalharem em situações que beirem à escravidão ou em situações de exploração sexual. Nos debates que definiram o Protocolo de Palermo foi claramente estipulado que exploração sexual não era para ser usada como sinônimo de prostituição. Exploração sexual deveria ser entendida, como o nosso atual projeto que se encontra no Congresso o define, como forçar alguém a trabalhar como prostituta ou impedir a saída de alguém da prostituição. Forçar, querendo dizer, forçar, sim, senhor, através de alguém indo lá e forçando, escravizando aquela pessoa, e não forçar no sentido de *“ah! não, mas a pessoa é pobre, então eles optaram que ela trabalhasse como prostituta, mas não foi uma opção verdadeira, porque ela não poderia ser doutora”*. Essa não é a maneira que o Protocolo de Palermo entende o tráfico de pessoas.

No Brasil, quando começamos a estabelecer a nossa política e o nosso plano antitráfico, cometemos um erro enorme. Em vez de adequar as nossas leis de acordo com o Protocolo de Palermo, que este Congresso dizia ser o seu guia, a sua orientação na luta contra o tráfico, nós começamos a fazer planos utilizando o nosso atual arcabouço legal sobre o tráfico. O que isso quer dizer concretamente? Vários tipos de tráfico de pessoas, que são mais importantes e mais impactantes do que o tráfico para fins de exploração sexual, ou seja, trabalho laboral na área da



agricultura, trabalho escravo na área da agricultura, trabalho escravo na área da construção civil, trabalho escravo na área de serviços. No Rio de Janeiro, nós acabamos de encontrar um imigrante chinês que estava sendo torturado e forçado a trabalhar numa pastelaria, por seus primos, que o traficaram para o Brasil.

Essas formas de trabalho escravo, recrutamento para trabalho escravo e exploração, não são legalmente tipificadas como tráfico de pessoas na lei brasileira. Embora nosso plano fale dessas coisas, quando chamamos a polícia para lutar contra o tráfico, eles só lutam contra o que está escrito no Código Penal brasileiro, que é a migração das prostitutas, porque o art. 231-A também define a migração interna de prostitutas como tráfico de pessoas. E esse é um segundo problema. Em vez de lutarmos contra o tráfico, como ele está definido pelo Protocolo de Palermo, nós estamos lutando contra a migração das prostitutas. Nós não estamos mirando em formas de tráfico, que são candentes e comprovadamente graves no Brasil. Se não me engano, o Ministério do Trabalho encontrou 23 mil trabalhadores escravos nos últimos 5 ou 6 anos na área rural. Mas não, nós estamos focalizando naquilo que é legalmente entendido como tráfico, e nós estamos colocando dentro dessa categoria — vítimas de tráfico — pessoas que são apenas imigrantes ilegais, imigrantes prostitutas ilegais ou irregulares e simples imigrantes prostitutas. Pessoas que trabalharam consensualmente, conscientemente, e que não estão reclamando, sabem de fato que são trabalhadoras sexuais, não se entendem como escravizadas. Se houver reivindicações, são as reivindicações que têm sido colocadas perante esta Casa faz mais de 10 anos, ou seja, reivindicações para a regulamentação do trabalho sexual.

Por que o atual projeto de lei do Deputado Jean Wyllys é absolutamente importante para as prostitutas? Porque faz uma definição clara entre o que é exploração sexual e o que não é exploração sexual. A atual lei brasileira confunde prostituição, trabalho sexual e exploração sexual e coloca esses três como sinônimos. E nós temos uma série de leis, como a Lei Antitráfico, que também confundem essas categorias. Portanto, nós temos casos, que eu acho vergonhosos, de a Polícia Federal, no ano passado ou retrasado — infelizmente, não tenho os dados aqui comigo — ter parado, por exemplo, umas prostitutas brasileiras que estavam emigrando para Angola. Foram denunciadas pela linha Disque Denúncia do



Tráfico. Notem bem: não havia nenhuma indicação de que elas seriam escravizadas. O crime de prostituição em Angola nem havia acontecido. Alguém denunciou essas mulheres, pelo Disque Denúncia, a Polícia Federal parou essas mulheres no aeroporto, segurou a viagem, e começou a chamar uma série de pessoas, como os taxistas que as levaram para o aeroporto, de traficantes. Não havia nenhuma indicação de que elas estavam indo em função de trabalho escravo ou seriam escravizadas ou estavam sendo enganadas ou coagidas ou sendo manipuladas, dada a sua situação de vulnerabilidade e, no entanto, a nossa Polícia Federal sentiu que havia motivos suficientes para impedir que essas mulheres viajassem, porque isso, de acordo com a lei brasileira, é tráfico de pessoas. E uma lei, aliás, que viola a Constituição brasileira... Como é que uma categoria de trabalhadoras — o código brasileiro de ocupações entende as prostitutas como uma categoria de trabalhadoras, não como criminosas —, legalmente reconhecida pelo Governo brasileiro, não tem o direito de se emigrar? Como é que essa categoria não tem o direito de ir e vir legalmente, simplesmente em função de uma lei moralista, que busca eliminar sua profissão, enquanto outra lei, o código brasileiro de ocupações, estipula que essa ocupação de fato é uma categoria profissional.

Portanto, o Movimento das Prostitutas — a Dra. Lourdes pode falar mais sobre isso, e a Cida da ASPROMIG também — apoia totalmente esse projeto de lei do Deputado Jean Wyllys. Obviamente, existe espaço para melhorar o projeto? Existe. Existe espaço para discutir como é que nós vamos organizar isso. Mas o mais importante da lei é que ela elimina essa confusão entre exploração sexual e prostituição. Eu tenho certeza, independentemente de qual seja a sua posição frente à prostituição, de que o que os senhores querem, de fato, é que o Governo brasileiro gaste dinheiro prendendo e punindo aquelas pessoas que estão mantendo pessoas como escravas, trabalhadoras forçados, sejam elas prostitutas, sejam boias-frias.

A atual lei brasileira sobre o tráfico, por causa dessa confusão sobre o que é prostituição e o que é exploração sexual, gasta recursos, tempo e dinheiro caçando prostitutas, em vez de caçar as pessoas responsáveis por escravizar trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Agradeço a V.Sa.



Concedo a palavra à conterrânea Lourdes Barreto, paraibana. Pois é, eu também sou amazonense, e represento o Pará nesta Casa. A senhora dispõe de 20 minutos.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Bom dia a todos e a todas.

Meu nome é Lourdes Barreto, sou natural do Estado da Paraíba, mas moro em Belém do Pará. Estou aqui na qualidade de uma trabalhadora sexual. Tenho hoje 71 anos e na minha vida sempre fui uma mulher trabalhadora, criei 4 filhos e ainda estou ajudando a criar 10 netos na questão da educação, da formação, e contribuindo muito com os movimentos sociais neste Brasil.

Eu queria, em nome da Gabriela Leite, uma companheira, uma colega... Nós duas sonhamos muito, trabalhamos juntas na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, vivemos em vários lugares do Brasil trabalhando na prostituição. Pensamos um dia em romper com essa sociedade podre, falsa moralista e preconceituosa, que tem um estigma tão forte contra nós. Eu e a Gabriela fizemos o primeiro encontro nacional. Nós saímos das chamadas pastorais sociais. Vou fazer um breve histórico do movimento para vocês, que são nossos representantes aqui, terem um entendimento sobre o movimento. Esse movimento tem uma carta de princípios.

O Movimento Brasileiro de Putas... Eu acredito que o Movimento Internacional de Putas nunca fez nada sem pensar no projeto. E esse projeto de lei, Deputado, por quem tenho carinho e respeito, você é do meu partido, PSOL... e dizer para a sociedade brasileira que o estigma contra nós é tão grande! Vejam bem, uma sociedade que não sabe definir o que é prostituição, migração, exploração sexual e tráfico de seres humanos, que pensa em fazer um projeto para curar *gay*, está perdida. Tinha que fazer projeto para curar toda uma sociedade que é doente: puta, *gay*, seja lá quem for. Então, uma sociedade como essa precisa sentar e ouvir alguns depoimentos, como o meu e o de outras colegas. Vejam bem, eu vivi na prostituição todos esses anos, trabalhando. Tenho uma experiência imensa na questão de outros países. Por exemplo, recentemente eu estive no Suriname fazendo um trabalho de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis. Estive na Venezuela. Então, as fronteiras nossas são abertas. O direito de ir e vir todo mundo tem. A gente tem que...



Eu concordo e acredito que esse projeto, aprovado — que é um desafio muito grande, a gente sabe por que, não vai ser fácil, é um desafio muito grande —, é uma revolução, uma revolução moral.

E eu quero falar muito da questão da moral. Eu atendo aquele Programa *Na Moral*. Quem é que tem moral? Moral, como, numa sociedade dessas?

A maioria dos homens, brasileiros e do mundo, tiveram sua primeira relação sexual com uma trabalhadora do sexo, como educadora sexual.

Nós fomos as primeiras, o segmento da sociedade brasileira, junto com o movimento homossexual brasileiro, a lutar contra a AIDS no Brasil, no momento em que disseram que nós, prostitutas e homossexuais, eramos responsáveis pela AIDS. E viu-se que esses dois segmentos se organizaram politicamente, houve investimento do Governo nesse sentido, e hoje, a questão do HIV e da AIDS, qualquer ser humano que tiver comportamento sexual sem prevenção pode se infectar com o HIV, inclusive quem nunca fez o teste de HIV. Eu não acredito em fidelidade, eu acredito em lealdade. Eu acredito que, a qualquer momento, o ser humano é capaz de sair com outra pessoa. Eu estou falando coisas reais. E tem que falar nesta Casa. Esta Casa é do povo, tem que ouvir o povo, e eu sou o povo. Eu sou uma mulher que, nos meus 71 anos, tenho uma disposição imensa de dizer para a sociedade que esse projeto é justo, é real. Com esse projeto, você vai ter como combater a exploração sexual de crianças e adolescentes. Você não vai poder ter uma criança em situação de exploração, porque criança não é prostituta, está numa situação de exploração. Você vai poder saber que a mulher... dizer para a mulher que ela tem o direito de migrar, de ir para outro país, como qualquer cidadão pode ir para qualquer país do mundo, desde que vá com condições, com informação, falando o idioma, entendendo. Qualquer ser humano que chegar a qualquer lugar do mundo sem saber falar o idioma vai ficar numa situação difícil, qualquer ser humano que vai sair do seu país sem conhecer...

Por exemplo, nós tivemos vários projetos, a rede brasileira, informando: se a mulher saísse do Brasil, chegasse lá e sofresse qualquer tipo de violência, ela deveria procurar o Consulado brasileiro, instituições que trabalham a questão dos direitos humanos.



Então, é um movimento. A nossa carta de princípios deixa bem claro para a sociedade brasileira o que nós queremos. Nós somos mulheres heroínas, que cresceram na prostituição. Lutamos contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós queremos adolescentes na escola, tendo cultura, lazer e vivendo bem na sociedade. É isso que nós queremos.

Aí acham de prender prostituta, prostituta. Estou preocupada com a questão da Copa que vem aí. Aí você vê: prendem, prendem. Os presídios femininos estão lotados. Eu faço um trabalho dentro do presídio, no sistema penitenciário paraense. Poderiam estar pensando, no lugar de estar prendendo, em um sistema penitenciário mais humanitário, mais humano, para que esses caras que estão lá saiam menos piores. Ninguém pensa nisso, ninguém nem fala nisso. Ninguém fala nisso. Então, prender a gente? Eu nunca fui bandida, não sou criminosa. Eu nunca cometi nenhum crime na minha vida. O meu corpo é meu. Eu tenho o direito de fazer do meu corpo o que eu quiser. Eu nunca vendi o meu corpo. Eu vendo fantasia sexual.

Então, por que não aprovar um projeto que vai ter como controlar a exploração sexual, como combater o tráfico de seres humanos, porque nós vamos estar mais informados sobre isso, a gente vai saber... Tinham que se preocupar com as fronteiras. Nós temos que combater é o tráfico de drogas, gente, a forma que entra, com a maior facilidade.

Nós sabemos que há pessoas traficadas, mas, como você falou, Thaddeus, é no emprego doméstico. A maioria das trabalhadoras domésticas são escravas, são escravas. Levar as meninas para dentro das suas casas, as pessoas que têm dinheiro, para explorar essas meninas sexualmente, e elas viverem presas dentro de casa! A gente sabe que muitas crianças, muitas meninas... Esse negócio de pegar menina: *“Ah, vou levar para estudar, para educar na minha casa”*, isso é papo furado. Isso acontece com um ou outro. Um ou outro consegue ter esse tipo de consciência.

Eu fui vítima de violência sexual. Eu não vim para a prostituição por miséria, por fome, não. Apesar de morar no sertão paraibano, em Catolé do Rocha, eu nasci numa família de classe média, mas uma família também machista, preconceituosa e



que se dava nos valores da questão da moral. Fui violentada sexualmente e, depois, jogada na rua. E o único amparo que eu tive foi na prostituição.

Acabou de chegar a minha colega de Belo Horizonte, colega de profissão. E dizer para vocês que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu a convido a tomar assento à Mesa.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Não sei se já terminou...

A nossa colega acabou de chegar de Belo Horizonte, nossa companheira do movimento.

Para vocês verem: agora, recentemente, o Departamento Nacional de AIDS... Nós somos referência do movimento de AIDS brasileiro, por isso que o movimento de AIDS do Brasil é considerado um dos melhores. Aí você acontece... Houve uma oficina, investiram dinheiro. O Ministério da Saúde investiu dinheiro na Paraíba, houve uma oficina de que a Cida também participou e várias mulheres do Brasil, várias representantes, e só porque uma trabalhadora do sexo falou que era feliz, ela foi tirada do *site* do Ministério da Saúde, do Departamento Nacional de AIDS, porque alguém da Comissão de Direitos Humanos chamou o Ministro e colocou que não colava. Daqui a pouco, os pedófilos e os ladrões iriam dizer que eram felizes. Comparou a gente... A gente tinha até que processar, porque nós não somos pedófilas nem ladronas. Deveríamos, sabe, Deputado, era processar quem citou uma coisa dessas, porque nós não somos bandidas.

Então, gente, eu vejo que esse projeto é a melhor forma de mudar toda uma situação que está aí, esse quadro de violência.

Eu vim agora, recentemente, de Roraima, e estava visitando as casas de prostituição lá. Precisamos, sim, legalizar isso para ter condições de trabalho. As condições são mínimas de trabalho. É isso que nós precisamos ver. Viu, Deputado?

Eu acho que por aí já está bom. Se tiver necessidade, eu falo mais um pouco.

E quero dizer que, na qualidade de prostituta, eu sou feliz e vou sempre estar dizendo para a sociedade que a sociedade é preconceituosa. E essa questão moral, a gente tem que ver como cuidar dela com mais carinho, porque a moral, eu não sei onde está.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Agradeço a D. Lourdes. Entendo a sua revolta contra o preconceito, mas quero dizer a V.Sa. que esta Casa, na condição de representante do povo brasileiro, tem a honra de receber o projeto do Deputado Jean Wyllys, para discuti-lo. Daí o chamamento de V.Sas. para ouvir toda a sociedade brasileira e, depois, então, discutirmos o projeto e, se Deus o permitir, aprová-lo.

Dando sequência, quero passar a palavra à Sra. Maria Aparecida Menezes Vieira, Presidente da ASPROMIG, pelo prazo de 20 minutos.

A SRA. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA - Boa tarde a todos e a todas! É com imenso prazer que eu estou aqui.

A APROSMIG é — houve um erro do “s” — Associação das Prostitutas de Minas Gerais. E, como diz a minha querida de trabalho, Lourdes Barreto, eu também sou prostituta, adoro a minha profissão, eu amo. Eu saí do BACEN. Eu larguei. Foi direito mesmo. Meus pais são militares e civis, delegados na minha família... E teve uma ansiedade. Eu faço aquilo que eu gosto. Então, eu sou prostituta por amor à profissão.

E eu acho que estar falando de tráfico de pessoas é saber o que é tráfico, se é o tráfico moral, se é a questão de preconceito com as prostitutas ou entender, porque tráfico existe em toda profissão, até dentro do Estado existe tráfico. Então, a gente tem que entender, primeiro, o que a gente está falando: tráfico de pessoas, para onde, de onde vem, e quais são esses tipos de tráfico.

E não jogar toda a culpa na questão sexual das prostitutas, que é uma coisa que a gente tem que entender também. Há mito sobre isso, há muito preconceito. E hoje eu estou aqui, na responsabilidade da APROSMIG, no Estado, juntamente para estar levando essas questões de direito, trabalho, cidadania e legalização. A gente luta por isso.

Sei que tem muitas pessoas que não apoiam por questões de religião, ou por mitos, ou por não entender, ou por não estar andando nesse conteúdo. Então, falar de tráfico, prostituição, imigração talvez, para onde as pessoas vão ou a questão do turismo sexual, pode-se estar ambientando nessa questão de falar, de entender como tráfico.



Para nós, nós devemos ter o direito de ir e vir e, em qualquer lugar, nós poderemos trabalhar. A CBO reconhece como ocupação, mas nós não temos a legalização, que é a questão de criminalizar quem nos criminaliza. Se ocorrência policial a gente não pode fazer, imaginem o restante, o que a gente vai poder fazer em pauta.

Então, a violência contra as mulheres, em trabalho, é muita. Tráfico, às vezes as pessoas saem sabendo o que estão fazendo, sim. A questão é: aquela ansiedade, se for para fora, como é portado isso, quais os direitos? Nem todo o País é legalizado. O que é legalizado? O turismo sexual tem que estar em pauta também, a questão de direitos aos direitos, e estar interagindo junto à Câmara para fazer esse debate, e entender o que é tráfico e de que tráfico é esse de que estamos falando. Porque, em trabalho, sempre vai haver um tráfico.

Então, é essa a minha fala.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Obrigado, Sra. Maria Aparecida.

Convido para se pronunciar o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Sr. Francisco Gomes dos Santos, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. FRANCISCO GOMES DOS SANTOS - Sr. Presidente, Deputado Asdrubal, saúdo todos da Mesa.

Estou aqui representando o Ministério do Trabalho, sou Coordenador de Identificação e Registro Profissional. A área que eu coordeno dentro do Ministério cuida da carteira do trabalho e da regulamentação de profissões e da Classificação Brasileira de Ocupações.

Antes de falar da posição do Ministério quanto à regulamentação, eu gostaria de manifestar que o Ministério iniciou toda uma luta, em parceria com as profissionais do sexo, desde o ano 2000, quando nós começamos a mudar, a fazer um trabalho de atualização, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho, da Classificação Brasileira de Ocupações, que culminou com a publicação da nova classificação, em 2002, e a inserção, nesse documento, das profissionais do sexo. Foi extremamente polêmico. Usamos uma metodologia nova, usada em



vários países do mundo, e os principais são Austrália, Canadá e Estados Unidos, para fazer a descrição da ocupação.

Nessa nova metodologia, diferentemente da que se usava anteriormente, a posição é de que quem melhor descreve é quem exercita a ocupação. E, para isso, nós criamos o painel, convidamos representantes das prostitutas — a Lourdes estava lá conosco, a Gabriela também e várias outras representações, o pessoal de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul — e publicamos, em outubro de 2002, a nova classificação com a inserção da codificação, da nomenclatura com a titulação e a descrição sobre o que fazem os profissionais do sexo.

Fomos bombardeados de todos os jeitos, mas o Ministério manteve a posição dele, o acordo firmado com a Organização Internacional do Trabalho. E esse foi um primeiro documento, que facilitou.

A partir daí, criou-se a Comissão Nacional de Classificação que padronizou a classificação porque, antes, cada instituição, que eu vou citar aqui, tinha a sua própria classificação. Então, com a criação, com a publicação do Ministério do Trabalho e a criação da Comissão Nacional de Classificação, padronizamos as classificações do Imposto de Renda; a censitária, feita pelo IBGE; a das DSTs do Ministério da Saúde; a parte previdenciária; todos hoje trabalham com a codificação inserida na CBO. É uma classificação e uma codificação usada mundialmente por intermédio da Organização Internacional do Trabalho.

Isso facilitou as pesquisas em relação às Doenças Sexualmente Transmissíveis, os estudos promovidos pela Previdência Social em relação a direitos previdenciários daquelas que recolhiam e recolhem como autônomas no exercício da profissão.

Então, eu acho importante deixar isso registrado porque, às vezes, essas informações não são divulgadas. E nós, no Ministério, temos como um ponto positivo, extremamente favorável nessa luta de vocês aí em prol dessa autonomia.

Com relação à questão da regulamentação em si, é outro passo, é outro momento, é outro contexto. O projeto de lei do Deputado Jean Wyllys passou por nós e ainda está no âmbito do Ministério do Trabalho, desde novembro de 2012. Já teve manifestação da Coordenação e, agora, está sob a avaliação da Consultoria



Jurídica do Ministério, que vai julgar o mérito do PL e, aí, para um parecer final do Ministério.

De maneira geral, a posição da Coordenação — e aí é a posição técnica, quero deixar bem claro isso — é que nós nos baseamos naquilo que está previsto no inciso XIII do art. 5º e inciso VIII do art. 170 da Constituição, que faculta a plena liberdade do exercício de profissão para qualquer cidadão. E a preocupação nossa com relação àquelas categorias ou àqueles projetos de lei que são encaminhados para a avaliação no Ministério e que fica claramente caracterizada a reserva de mercado.

Então, nessas situações, o que transgride a questão da Constituição e o que transgride a questão da reserva de mercado, o Ministério normalmente dá parecer contrário. Acho que não é o caso do projeto de lei do Deputado Jean Wyllys.

Essa seria a minha fala, para deixar bem claro o que seria a posição do Ministério em relação a esse trabalho de inserção dos profissionais do sexo quanto à Classificação Brasileira de Ocupações, ao trabalho que nós temos hoje na análise de cada PL encaminhado para regulamentação e à forma como nós já analisamos tecnicamente — e isso depois é encaminhado para a Consultoria Jurídica do Ministério, para um parecer final.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Muito obrigado, Sr. Francisco Gomes dos Santos.

Tenho sobre a mesa um pedido do Sr. Renato Bignami, Auditor Fiscal do Trabalho, Coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo e representante da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Como o nome dele não consta entre as pessoas que a Comissão aprovou em requerimento para serem convidadas a se manifestar, eu não posso tomar essa posição isoladamente sem ouvir V.Exas. Então, pergunto a V.Exas. se autorizam que eu conceda a palavra ao Sr. Renato, para que ele também se manifeste sobre as implicações do projeto na parte que lhe diz respeito no Ministério do Trabalho.

(Pausa.)



Como V.Exas. nada têm a opor, então eu convido o Sr. Renato a falar pelo prazo de 10 minutos, até porque depois vamos ter que ouvir ainda o autor do projeto de lei.

O SR. RENATO BIGNAMI - Obrigado, Excelência. Obrigado, Presidente.

Meu nome é Renato Bignami. Sou Auditor Fiscal do Trabalho e Coordenador do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, um órgão descentralizado do Ministério do Trabalho. Sou responsável pela fiscalização do trabalho escravo no Estado de São Paulo.

Não venho aqui trazer nenhuma fala oficial em nome do Ministério, mas uma colaboração mesmo. Só posso parabenizar a iniciativa da CPI em trazer esse tema, em ouvir os profissionais do sexo. É muito importante esse contato.

Nossa posição também tem ido sempre ao encontro do que o Sr. Thaddeus falou: sentimos na prática uma carência legislativa, normativa que realmente avançasse no sentido de Palermo. O Protocolo de Palermo é um instrumento bastante mais moderno e me parece muito mais abrangente do que o nosso ordenamento interno demonstra.

Mas eu queria, além disso, parabenizar bastante o Deputado Jean Wyllys pela iniciativa. É uma iniciativa extremamente importante. Mas, sempre no sentido de colaborar, me chamaram atenção apenas dois pontos no projeto. Pareceu-me claro que, em relação à profissional do sexo, aquela que, enfim, não sofreria exploração sexual, que é aquilo que todos nós estamos querendo combater, no seu art. 3º, o texto diz muito claramente: ela apenas poderia trabalhar como autônoma ou coletivamente em cooperativa, o que seria mais ou menos a mesma coisa. Ela seria dotada de uma autonomia muito grande. Mas, no entanto, no parágrafo único, fica autorizada a instituição da casa de prostituição.

Eu compreendo também a necessidade de uma casa de prostituição, principalmente no sentido de evitar que o profissional ou a profissional do sexo vá para a rua e fique sujeita a intempéries muito piores eventualmente do que se estivesse numa casa de prostituição. No entanto, me parece que, na prática, dificilmente conseguiríamos ter uma casa de prostituição em que não houvesse subordinação no sentido dos arts. 2º e 3º da CLT, porque aí já me remete a uma



relação de emprego. Não necessariamente, mas provavelmente acontecerá isso. E a própria lei veda essa exploração, a não ser que — e aí me remeteu ao art. 2º, § 1º — a apropriação pelo trabalho da profissional ou do profissional de sexo seja inferior a 50%.

Então, me chama a atenção esse ponto. Talvez, a figura da casa de prostituição pudesse ser mais bem trabalhada no projeto de lei, para deixarmos muito claro exatamente qual é o objetivo dessa entidade, da casa de prostituição. Além disso, me parece 50% um pouco demasiado, a apropriação de até 50% do trabalho prestado.

Por fim, eu sugeriria, também, sempre no intuito de colaborar para que o PL seja enriquecido ao máximo, que a gente pudesse avançar um pouquinho mais e pensar nos direitos do art. 7º da Constituição Federal, que são todos direitos sociais, garantias de qualquer profissional, de qualquer trabalhador. E qualquer, obviamente, compreende-se também o profissional do sexo. Isso não ficou claro no projeto de lei. Ele fala aí que exploração seria apropriação até 50% do rendimento ou não pagamento, ou forçar alguém. E essas hipóteses, se a gente pensar na evolução do combate do trabalho escravo, na involução da superexploração do trabalho em nosso País, são hipóteses que constariam, ou que ficariam configuradas no trabalho forçado. Mas a gente sabe que o art. 149 vai um pouco além do trabalho forçado e inclui condições degradantes de trabalho, notadamente aquelas em que faltam condições de segurança e saúde no trabalho. Eu sugeriria, inclusive, o acréscimo de um item, porque o profissional ou a profissional pode, de repente, não ter apropriado 50%, receber pelo pagamento e não estar trabalhando de forma forçada, mas está trabalhando em um lugar tão ruim de trabalho, com condições tão degradantes, que ele também vai ter a sua dignidade aviltada. No entanto, essas hipóteses não estão constando de forma clara aqui no PL. Então, eu sugeriria, até para a gente dar um passo além mesmo, que pensássemos nos direitos do art. 7º: um ambiente de trabalho digno, seguro e saudável.

Então, são todas essas questões, sempre no sentido de fazer com o que o PL avance.

Era só isso, Sr. Presidente. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Nós que agradecemos a colaboração de V.Sa. Tenho certeza de que tanto o autor do projeto quanto a nossa digna Relatora anotaram as observações e as levarão na devida conta.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu queria falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Primeiramente, quero fazer o seguinte: vamos terminar a oitiva de todos. Aí ficará aberto para o debate.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu só queria falar, em algum momento, falar dessa questão dos 50%, porque ele está sendo muito mal compreendido pelo público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Dando sequência, concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys, autor do projeto de lei. Ninguém melhor do que S.Exa. para expor as razões que são realmente muito justas e legítimas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bom dia a todos e todas aqui presentes.

Quero agradecer à Deputada Flávia Morais, que, no âmbito desta CPI de Tráfico de Pessoas, foi quem teve a iniciativa de convidar as profissionais do sexo que fazem parte do Movimento das Prostitutas, a Maria Aparecida, a Lourdes e a Gabriela Leite, representada aqui pelo Thaddeus. Agradeço, Deputada Flávia, pela chance de nos ouvir em relação a esse projeto.

É sempre bom contar a história de como esse projeto foi elaborado, como se deu a ideia desse projeto. Eu conheci a Gabriela Leite durante a campanha eleitoral. A Gabriela era candidata a Deputada Federal pelo Rio de Janeiro, pelo PV. E nós fomos a um debate promovido pelo jornal *O Globo* e nos conhecemos pessoalmente. Claro que eu já tinha ouvido falar da Gabriela Leite, reconhecida nacionalmente por ser uma das pioneiras do movimento político organizado das prostitutas no Brasil. Já tinha ouvido falar dela. Já tinha lido o livro que ela publicou, mas eu a conheci pessoalmente nesse debate promovido pelo *O Globo*.

Depois desse debate, nós nos apalavramos de que, se eu fosse eleito, eu tocaria os projetos e as suas propostas e, se ela fosse eleita e eu, não, ela tocaria a causa, digamos assim, dos direitos humanos da população LGBT aqui.

Infelizmente, ela não foi eleita; e eu fui. E a Gabriela me procurou um dia no meu gabinete para apresentar esse projeto, a ideia desse projeto. E a primeira



pergunta que eu fiz a Gabriela foi por que, havendo uma bancada feminina no Congresso Nacional, ela escolheu um homem para representar esse projeto, para apresentar esse projeto. E ela disse: *“Olha, Jean, não é o fato das mulheres partilharem comigo a identidade de gênero que faz com que elas sejam solidárias às mulheres prostitutas ou entendam a causa das mulheres prostitutas”*.

Então, não basta ser mulher. E, muito pelo contrário, muitas mulheres se colocam numa posição não só de estigmatizar a prostituta, mas numa posição abolicionista em relação à profissão. Quer dizer, querem abolir a prostituição e não garantir direitos às mulheres prostitutas. Além disso, essa é uma pauta que estigmatiza o Deputado. *“O Deputado que tocar essa pauta vai necessariamente ser difamado e vai ser ofendido, e a gente precisa ter uma pessoa que segure esse tranco. Como você”* — ela disse — *“já segura o tranco de tocar a pauta dos direitos da população homossexual, você já segura o tranco de tocar a pauta das religiões de matriz africana, de tocar a pauta dos direitos humanos como um todo, você já está calejado para difamação, para enfrentar a difamação. Então, você está mais preparado para tocar esse projeto”*.

E, é claro, eu não podia fechar as portas para Gabriela. Iria contra a minha consciência, iria contra os meus princípios. E, então, começamos a elaborar o projeto. Esse projeto, portanto, foi elaborado não só por mim, mas pelo movimento organizado das mulheres prostitutas. E eu digo das mulheres prostitutas, porque, embora exista a prostituição viril — chamamos de prostituição viril a prostituição exercida por homens —, os homens não estão organizados politicamente como as mulheres estão. Então, foi o Movimento das Mulheres Prostitutas que me procurou e que se organizou para apresentar esse projeto. Claro que, depois, durante a construção do projeto, eu ouvi também as mulheres transgêneros que são prostitutas. E aí eu faço uma distinção aqui entre as mulheres cisgêneros e as mulheres transgêneros.

O caso das mulheres transgêneros é mais complicado, porque quase todas têm a prostituição como um destino. Elas são expulsas de casa pelos pais, e a única maneira de se colocar, de sobreviver e de se colocar na vida é por meio da prostituição. Então, no caso das mulheres transgêneros, a prostituição é quase um



destino. Ao contrário, das mulheres cisgêneros, em que há muito mais a questão da escolha presente.

À medida que fomos construindo o projeto, fui ouvindo também as mulheres transgêneros. Mas, como todo movimento social, o movimento das prostitutas tem as suas contradições internas. Todo movimento tem, o Movimento Sem Terra, o Movimento Sem Teto tem, o Movimento LGBT, o Movimento Negro, o Movimento pelos povos indígenas. Todo movimentação social tem contradições internas. E, durante o processo de construção do projeto, essas contradições apareceram.

Então, qual foi a solução para a gente não ficar *ad aeternum* debatendo o texto do projeto? Nós concordamos que iríamos colocar apenas o que fosse consenso entre os diferentes grupos que constituem o movimento das prostitutas. E, mesmo assim, na perspectiva de que uma vez que chegamos a um texto final, a gente tinha consciência de que esse projeto seria melhorado à medida que ele fosse tramitando nesta Casa e à medida que a gente fosse dialogando com outros setores da sociedade interessados nessa pauta, a saber, por exemplo: o movimento de defesa das crianças e dos adolescentes; as pessoas engajadas no enfrentamento do tráfico de pessoas; as pessoas que fazem parte do turismo têm interesse nisso; as mulheres feministas, as feministas tanto as abolicionistas quanto as não abolicionistas. Outros atores sociais entrariam nesse debate, inclusive, talvez, durante o processo, os homens que se prostituem, que não estão organizados politicamente, mas poderiam, no decorrer desse processo, da tramitação e da construção do projeto e da melhora do projeto, se organizar e apresentar o seu ponto de vista.

Então, eu só quero deixar claro isto: a gente sempre teve a perspectiva de que o projeto não está pronto, de que ele pode melhorar. E a função de a gente estar discutindo ele aqui é exatamente essa. E nós colocamos os pontos de consenso entre os diferentes grupos que constituem o movimento das prostitutas.

Eu fiz esse histórico porque muita gente pode se perguntar, primeiro: *“Por que eu tive essa ideia?”* Eu já ouvi muito isto: *“Esse Deputado quer aparecer ao apresentar esse projeto.”* Em primeiro lugar, eu não pedi para apresentar esse projeto. Eu fui procurado e, como representante do povo, um representante das



minorias e um representante dos grupos estigmatizados e difamados, eu não poderia fechar a porta para o movimento das prostitutas e para as prostitutas.

Então, eu sou representante delas na medida em que elas me procuraram. Não levantei um dia, abri a janela e falei: *“Vou apresentar um projeto de regulamentação da prostituição.”* Por que eu não me prostituo, então, não teria sentido abrir a janela e apresentar um projeto só por livre e espontânea vontade. Esse é um aspecto.

Segundo, muita gente pode questionar: *“Ora, você não é profissional do sexo, você não pode estar falando em nome delas.”* De fato, eu não tenho a experiência, mas conheço muitas mulheres prostitutas. A construção desse projeto me colocou em contato com muitas delas, e elas me conferem, digamos assim, esse papel de representante, me deram essa autoridade para representá-las aqui, na medida em que elas não têm uma representante eleita.

Dito isso, vamos às características do projeto.

Primeira questão: o projeto distingue de maneira muito clara exploração sexual de prostituição. Isso é fundamental.

Se a gente quiser fazer um debate sério, um debate do século XXI, honesto intelectualmente, a gente não pode confundir uma coisa com outra. Exploração sexual, seja de mulheres, seja de criança ou adolescente, não se confunde com prostituição, que é uma ocupação, uma prática exercida por uma pessoa adulta e capaz.

Por isso o movimento das prostitutas está o tempo inteiro corrigindo os próprios meios de comunicação na expressão prostituição infantil. Não existe prostituição infantil. Existe exploração sexual de crianças e adolescentes, que é um crime. Prostituição é uma prática exercida por uma pessoa adulta e capaz.

O projeto, portanto, faz essa distinção muito clara, observando inclusive as definições de exploração sexual presentes no ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente. Primeiro ponto.

Segundo ponto, o projeto descriminaliza a casa de prostituição. Por que isso é importante? No Brasil, a prostituição não é crime. A prostituição não é crime, mas a casa de prostituição é crime, o que criminaliza indiretamente a mulher prostituta, porque a grande maioria das prostitutas no Brasil exerce a sua profissão, ou seja,



desenvolve essa prática em uma casa de prostituição. A grande maioria exerce em uma casa. E, embora o Código Penal criminalize as casas, as casas continuam funcionando no vácuo da legalidade e na clandestinidade. E a gente quis perguntar por que elas continuam funcionando.

Então, é preciso descriminalizar a casa, porque a grande maioria das mulheres exerce sua atividade nessas casas e, por que as casas existem na clandestinidade e operam na ilegalidade muitas delas são exploradas e escravizadas lá dentro.

É preciso, portanto, descriminalizar a casa de prostituição. Veja, casa de prostituição precisa deixar de ser crime. Um, por este motivo: coibir a exploração sexual de mulheres nesses espaços, e de crianças e adolescentes, claro.

Segundo ponto: sem descriminalizar a casa de prostituição, as mulheres não podem se cooperativar, elas não podem se organizar em cooperativa e abrir uma casa sem a figura do cafetão — para usar o termo que a gente usa hoje. Elas não podem se organizar cooperativamente porque, se elas criarem uma casa, ainda que cooperativada, será crime, segundo o Código Penal. Portanto, é preciso descriminalizar a casa. O projeto, portanto, faz isso. O projeto garante o direito de cooperativa, como eu falei para vocês. Ao descriminalizar a casa, garante, textualmente, o direito de se cooperativar. Desestigmatiza a figura desse mediador, que hoje nós chamamos de cafetão. É importante lembrar que nem todo mediador dos programas feitos pelas prostitutas é um explorador sexual. É preciso distinguir uma coisa da outra, porque nenhum trabalhador trabalha de maneira absolutamente autônoma. Todo trabalhador trabalha em relação, num ambiente de relações.

E aí eu vou estabelecer uma comparação aqui, sem demérito de nenhuma das duas profissões que eu estou comparando. Mas a modelo fotográfica, por exemplo, precisa — ou modelo de passarela — de uma agência mediadora ou de um mediador que vai fechar os contratos para ela. E, a cada contrato que fecha, ele fica com uma porcentagem desse contrato fechado. Então, por que a gente tem que eliminar do trabalho da prostituição essa figura? Não, é preciso, portanto, distinguir esse mediador — e muitas delas contam com esse mediador — da figura do explorador sexual, da mesma maneira que a gente precisa deixar claro que nem todo cliente... Aliás, a minoria da minoria dos clientes das prostitutas são predadores



sexuais. A grande maioria dos clientes vão lá comprar uma fantasia, um carinho, um afeto, uma experiência sexual, não são predadores sexuais.

Quais são as vantagens desse projeto? E aí eu quero já de cara responder à questão dos 50%. Esse foi um tema muito controverso durante a construção do projeto, entre as próprias mulheres prostitutas. Mas a gente chegou a um consenso, porque partimos do um senso comum de que toda a sociedade minimamente justa é aquela que divide 50%, 50%. Isso porque o trabalho da prostituição é tão diverso que não dá para falar de um trabalho de prostituição. Quer dizer, há mulheres que trabalham em casas de prostituição em que 100% do lucro com o trabalho que ela exerce fica com ela. A casa lucra com a bebida e com o aluguel dos quartos. Ou seja, ele não se apropria de nada do que ela lucra com o trabalho que ela exerce. Mas há outras casas em que a relação é outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Eu quero anunciar a chegada do Presidente. Eu espero tê-lo substituído, não com a competência que lhe é peculiar.

Peço a V.Exa. que assuma a Presidência. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Bom, enquanto o Presidente chega...

Há casas de prostituição em que as mulheres fazem um acordo de fato de 50%, 50%, porque a grande maioria das mulheres prostitutas no Brasil são mães, têm filhos. E, portanto, elas não querem exercer a atividade na casa dela. Ela precisa de uma casa para exercer. E lá o dono da casa, muitas vezes, arca com a segurança, com a higiene, com a toalha, com uma infraestrutura que ele tem que manter. Então ele cobra a percentagem dele, e ela faz esse acordo. Há outras casas em que o acordo é outro, não é de 50%, 50% — ele fica com 30%. E há casas em que as mulheres são exploradas, que ele se apropria de 60% a 70%. Nós temos, portanto, um caso de exploração sexual que tem que ser enfrentado.

Então, por conta dessa diversidade de exercício da prática da prostituição, as prostitutas que me ajudaram a construir esse texto acharam por bem colocar um teto e um piso; depende da perspectiva. Quer dizer, no caso do patrão, no caso do dono da casa ou da dona da casa, é um teto. Quer dizer, você só pode ficar com até 50%. E, no caso das mulheres prostitutas, define-se, portanto, um piso. Ela não pode ficar com menos de 50%. Então, esse foi um acordo pensado por elas. E quem sou eu



para ir contra? Eu não sou prostituta. Então, eu tenho que dar voz às pessoas. As pessoas são sujeitas, elas podem falar por elas mesmas. E eu ouvi bastante as mulheres prostitutas, inclusive suas contradições... E chegamos, portanto, a esse ponto.

Muita gente diz que... Bom, regulamentar, vamos às vantagens.

Esse projeto de lei regulamenta a profissão, a prática da prostituição. E a vantagem é que a gente faz isso por uma ocupação que está prevista há muito tempo na relação do Ministério do Trabalho e Emprego. Ou seja, o Ministério coloca lá a prostituição na sua relação de trabalho, mas essa profissão nunca foi regulamentada, embora haja um movimento de mulheres prostitutas, desde o início dos anos 80, reclamando, demandando por essa regulamentação, e a gente negando essa regulamentação.

É importante lembrar que, antes de eu ser Deputado Federal, não nesta Legislatura, mas noutra, o Deputado Fernando Gabeira propôs um projeto aqui. Esse projeto foi arquivado, infelizmente.

Bom, ao regulamentar a prostituição e ao descriminalizar a casa de prostituição por meio desse projeto, a gente permite uma fiscalização do Estado sobre as casas. Claro, se a casa sai da clandestinidade, sai da ilegalidade, passa a operar na legalidade, o Estado pode fiscalizar essas casas, não só no sentido de coibir, de combater a exploração sexual de mulheres e de crianças e adolescentes, porque hoje — talvez vocês não saibam — muitas mulheres prostitutas são impedidas de denunciar exploração sexual de crianças nessas casas. Elas veem crianças, meninas sendo exploradas lá e elas não podem dizer nada. Sabe por quê? Porque a casa opera na ilegalidade, e elas podem ser assassinadas por quadrilhas de exploradores, montadas, ou presas como coadjuvante, como cúmplice, na verdade, da exploração sexual. Então, elas não podem dizer isso. Nós precisamos, portanto, legalizar não só para permitir que o Estado fiscalize no sentido de coibir a exploração sexual de mulheres e de crianças e adolescentes, mas também no sentido de levar políticas públicas de saúde da mulher e de prevenção às DST/AIDS de maneira clara para essas casas. É preciso que se faça isso. Então, o enfrentamento das DSTs tem que passar pela legalização dessas casas — volto a dizer —, levando em conta que a grande maioria das mulheres, o proletariado da



prostituição, digamos assim, exerce seu trabalho, sua profissão numa casa de prostituição.

Bom, a outra vantagem desse projeto da regulamentação da prostituição é combater a corrupção policial. Por que vocês acham que as casas operam mesmo sendo crime? Por que existem casas de prostituição Brasil afora? Porque é claro que, quando os policiais identificam uma casa de prostituição, para que aquela casa continue funcionando, não seja denunciada e fechada, eles cobram uma propina. Nós estamos, portanto, ensejando a corrupção policial. E, se esse projeto for aprovado, a gente incide na corrupção policial, a gente combate a corrupção policial.

Por fim, a questão da liberdade individual. A gente precisa reconhecer que, entre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, está o direito de escolher ser prostituta, de se dedicar a essa ocupação. É um direito. E quem somos nós para chegar para uma mulher que está dizendo para nós *“eu escolhi ser prostituta”* que ela fez a escolha errada? Ora, ela tem essa liberdade, assim como eu tive a liberdade de escolher ser jornalista. E não gostaria que ninguém se metesse na minha escolha, com todos os riscos que tem a profissão de jornalista. Então, nós temos que pensar também nessa perspectiva, na perspectiva da liberdade individual.

As objeções mais frequentes: regulamentar a prostituição vai aumentar o número de prostitutas? Essa é a afirmação mais estúpida que eu já vi na minha vida. Primeiro, é partir do pressuposto que toda mulher guarda em si uma prostituta, ou toda mulher guarda em si uma vontade de ser uma prostituta e está esperando só regulamentar para dizer: *“Oba, a partir de agora, eu vou trabalhar num bordel”*. Isso não é verdade! Não é verdade! Primeiro, tem que derrubar esse mito. Não é porque a gente vai regulamentar a profissão de prostituta, a prática da prostituição...

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Até porque isso é talento...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - (*Riso.*) Exatamente. A gente vai aumentar o número de mulheres de prostitutas.

A Gabriela Leite costuma usar uma comparação muito engraçada: quando a profissão de sociólogo e antropólogo foi regulamentada, quando houve a demanda pela regulamentação dessa profissão, não aumentou o número de antropólogos e de



sociólogos por conta disso. Muito pelo contrário, a gente só vai garantir segurança jurídica àquelas profissionais que escolheram trabalhar ou que, por circunstâncias da vida, foram trabalhar como prostitutas, porque isso também precisa ser levado em conta. Muita gente trabalha como gari não é por escolha; trabalha por circunstâncias... Mas é por que trabalha como gari, por circunstâncias, que ele vai ser privado de direitos, que ele vai ter que exercer essa profissão sem segurança? Não, de jeito nenhum!

Outra objeção é dizer que há mulheres que estão descontentes com a sua profissão de prostituta. Ora, há mulheres que estão descontentes com a sua profissão de professora. (*Risos.*) Não é verdade? Mulheres que sofrem violência na escola, por parte de alunos, que estão estressadas pela carga horária, pelo salário de fome que recebem como professoras e estão descontentes com a profissão. E é porque elas estão descontentes com a profissão que a gente não vai regulamentar a profissão, que a gente não vai garantir essa segurança jurídica? Que história é essa? Há muitos profissionais que estão descontentes com a sua profissão. Esse não é argumento para se utilizar, para negar às mulheres prostitutas a regulamentação da sua profissão e os seus direitos.

Dizem que o projeto não contempla as prostitutas pobres, pensa só naquela prostituta de classe média, autônoma, que se prostitui pela Internet. Isso não é verdade. O projeto visa, sobretudo, o proletariado da prostituição, na medida em que enfrenta, de maneira clara, honesta, a descriminalização das casas de prostituição. É preciso descriminalizar a casa. O projeto enfrenta isso, e o projeto enfrenta uma reinterpretção dessa figura hoje conhecida como cafetão. Volto a dizer que não estamos falando dos exploradores sexuais, mas do mediador dos programas. É fundamental.

Outra questão: sobretudo as abolicionistas, as feministas abolicionistas costumam criticar o projeto. Eu acho curioso quando mulheres tentam falar em nome de outras. As feministas abolicionistas querem falar em nome das prostitutas, para dizer para as mulheres prostitutas o que é melhor para elas. Ora, é melhor ouvir as mulheres prostitutas. Se elas estão dizendo que o melhor para elas é a regulamentação, quem sou eu para dizer que a profissão não tem que ser regulamentada porque ela tem que ser abolida? Quem somos nós para defender a



abolição da prostituição, se a prostituição é citada na narrativa humana mais antiga, que é o poema de Gilgamesh, e é citada também na própria Bíblia. E, se a Bíblia cita a prostituição, é porque a prostituição existe há pelo menos 3 mil anos.

Portanto, também as feministas de esquerda, inclusive feministas do meu próprio partido que questionaram esse projeto, argumentam que a prostituição é um subproduto do capitalismo, e que, portanto, entra na perspectiva da exploração não só sexual, mas na exploração da força de trabalho do corpo da mulher. Ora, a prostituição existe antes de o capitalismo se constituir como modo de produção, como economia. A prostituição existe muito antes. Portanto, a gente não pode culpar o capitalismo. De mais a mais, a gente vive numa sociedade capitalista, e todos nós somos força de trabalho. Eu uso o meu braço para escrever, eu uso o meu cérebro; o ator usa o corpo; a prostituta usa o corpo, só que usa, sobretudo, os seus órgãos sexuais, e muitas nem usam os órgãos sexuais, algumas funcionam como terapeuta, na verdade, chegam lá e conversam com o cliente, nem chegam a transar. Numa das audiências que eu fiz, teve uma prostitua do Rio de Janeiro, da Vila Mimosa, que ela disse: *“Olha, eu tenho um cliente há 22 anos.”* Eu falei: *“Isso não é uma clientela, é um casamento, praticamente.”* Porque há 22 anos ela está com um cara, e é um cliente fixo, e o cliente não troca. Inclusive para provar que nem todo cliente é um predador sexual.

Depois, eu quero lembrar para vocês que esse movimento das mulheres prostitutas não é um movimento nacional, é um movimento internacional. E, na França, a Ministra da Mulher, quer dizer, o Ministério da Mulher, a Ministra da Mulher é abolicionista, e ela anunciou um conjunto de políticas para erradicar a prostituição, e o movimento das prostitutas naquele país foi lá e disse: *“Alto lá! Quem é você para falar em nome de nós, mulheres prostitutas. Nós não defendemos a abolição da prostituição porque nós escolhemos ser prostitutas. É um direito nosso, que está dentro de nossos direitos sexuais e reprodutivos.”*

Então, para uma fala inicial assim, é isso. Eu agora abro para a Mesa, para o Presidente da CPI do Tráfico, para a Deputada Flávia Moraes, que é Relatora desta CPI, para fazer suas considerações. Cida e Lourdes também podem fazer complementos, porque eu imagino que vocês devem ter ficado tímidas no primeiro



momento, mas vocês podem soltar o verbo aqui e falar em nome mesmo da categoria. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputado Wyllys, pelas suas considerações.

Eu quero me desculpar aqui pelo atraso, bastante atraso, mas eu fui convocado pelo Presidente para a reunião de Líderes. Eu sou Vice-Líder. O Rubens Bueno atrasou o voo, e eu tive que ir lá participar dessa reunião. Mas eu queria, antes de passar a palavra à Deputada Dorinha, que está inscrita já, registrar a presença da Deputada Antônia Lúcia também, membro desta CPI, e agradecer a participação de todos os nossos convidados, da Lourdes, que é nossa contemporânea.

Eu sou quase fundador do GEMPAC, do grupo das mulheres de Belém, e sempre o nosso mandato, desde Vereador, sempre estive muito junto dessa luta do GEMPAC, que a Lourdes simboliza. Mas ela construiu um coletivo de consciência coletiva hoje no Estado do Pará extraordinário, no sentido de reivindicar e de garantir direitos não só para as prostitutas do GEMPAC, mas para as lutas de cidadania de uma maneira geral das mulheres. E é um prazer muito grande tê-la mais uma vez aqui. Nós já tivemos outras vezes a presença da Lourdes socializando sua experiência, que é uma experiência riquíssima. E ela ainda não falou, com certeza, um tiquinho do que ela tem de experiência vivida nessa luta.

Então, eu queria facultar a palavra para a Deputada Professora Dorinha e também facultar... Os outros convidados que quiserem fazer algum complemento à fala do Deputado Jean Wyllys poderiam fazê-lo também. Vamos quebrar um pouco as nossas formalidades aqui em favor do debate.

Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia a todos.

Eu quero, inicialmente, pedir desculpas, porque eu vou falar e vou ter que me ausentar. Esta semana é de devoto aos *royalties* para a educação, e nós estamos num debate que preciso participar. Mas gostaria de reforçar acho que a importância do debate. Achei extremamente interessante a diferenciação necessária do termo



“prostituição” com “exploração”, até porque mesmo numa relação dita estável você pode ter uma relação de exploração, num casamento ou de outra natureza.

Então, eu acho extremamente importante a diferenciação em todas as naturezas, inclusive porque em profissões ditas regulares, normais e tradicionais você pode ter uma relação de exploração, de subjugação e de outra natureza. Então, eu acho que é importante. Eu, particularmente, achei 50% também muito, e fico... Mas, como você disse que veio de uma discussão de quem vive o dia a dia e sabe das dificuldades e dos enfrentamentos possíveis... Porque eu também acho muito, porque grande parte do esforço e do trabalho vem da mulher ou do homem que está nessa atividade profissional.

Então, eu, particularmente, acho que é um projeto que precisa caminhar. Eu discordo em parte do que a Lourdes colocou em relação à questão da moral. Eu acho que existe moral. É diferente moral de preconceito e de situações preconcebidas. Eu acho que isso que a gente tem que quebrar em todas as áreas. A própria profissão de professora, que eu represento, é uma profissão que, em diversos momentos, a gente enfrenta um preconceito enorme, porque é comum um Prefeito ou um Governador, ao discutir com uma professora sobre salário, dizer que ela não tem um salário ruim, ela é malcasada, como se a profissão de professora fosse aquela ideia do sacerdócio ou de uma profissão em que a pessoa não tem o direito de ter o seu sustento dali.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, é um estigma, e que a gente tem que entender que a profissão, enquanto trabalho exercido com responsabilidade, não importa a natureza desse trabalho... Se eu uso o corpo ou a mente, se eu uso os dois, até porque a gente não tem como fazer essa separação, ela vem da natureza da escolha. Eu escolhi fazer, estou tirando dali a minha sobrevivência com dignidade e com respeito. E essa questão da sobrevivência com dignidade e respeito ela pode acontecer em várias áreas.

Então, eu acho que é importante caminhar. Acho que é importante. Eu sou desta Comissão, desta CPI e também da CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Então, eu acho que é um avanço para a questão da regulamentação, mas, mais do que isso, através disso nós podemos quebrar vários tabus que existem



no trato. É extremamente importante a questão da vontade. Se eu estou exercendo qualquer trabalho por vontade, eu tenho direito inclusive de buscar, cada vez mais, melhores condições. Acho que o projeto pode ir nessa direção e pode avançar em outras neste ou em outros projetos complementares, mas eu acho que é importante. E acho que a Comissão, ao tratar disso de maneira madura, consegue fazer uma diferenciação que vai ajudar enormemente o nosso trabalho.

Parabéns pelo projeto e pelas pessoas que estão realizando a sua luta e o seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Professora Dorinha.

Eu passo a palavra agora a Thaddeus Gregory Blanchette, para fazer o complemento de sua fala.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu vou fazer um complemento aqui. Não quero ser abusado. Minha esposa sempre diz que eu falo demais, meus colegas aqui sabem disso também. Mas, quando esses debates acontecem, a gente vê quais são as coisas. Eu devo... Modéstia à parte, atualmente eu e a minha esposa, provavelmente, somos as pessoas que conhecem mais a geografia da prostituição no Rio de Janeiro e em São Paulo. A gente tem mapeado 279 pontos de prostituição no Rio. Eu acho... O projeto é de minha mulher... Eu acho que são 315, alguma coisa assim, em São Paulo.

Eu sou professor, então, por favor, perdoem-me, porque eu vou fazer umas perguntas interativas com vocês. Educação interativa, hoje em dia, é importante. Quem aqui já entrou num bordel? (*Pausa.*) O.k. No último ano, eu entrei em 80. Nos últimos 10 anos, eu e a minha esposa, provavelmente, entramos em mais do que em 120 — não uma vez... Como somos antropólogos, íamos repetidamente sempre para os bordéis que estão sempre sendo colocados como os mais populares no Rio e em São Paulo, sempre entrevistando clientes, mulheres, trabalhadoras e os funcionários. Então, nós temos uma noção extremamente apurada de como esses lugares funcionam no Rio e em São Paulo, que é o nosso eixo. E uma coisa que a gente tem descoberto: São Paulo combina mais relatório de cliente de prostituta. Esses caras se unificam na Internet para trocar figurinha. Se você for para o *site* de clientes de prostituta, tem mais movimento em São Paulo e no Rio, em ambas as



idades, sozinhas, do que em todo o resto do Brasil combinado, com todo o respeito dos colegas lá do Pará e de Belo Horizonte. Então, São Paulo e Rio não são, vamos dizer, uma coisa marginal na economia da prostituição no Brasil. Podemos dizer que é a economia normativa. A maioria das prostitutas no Brasil e dos clientes no Brasil está trabalhando nesse eixo. Então, não pense: *“Eles estudam São Paulo e Rio, mas não estudam Fortaleza”*. Prostituição é extremamente diversa, mas essa coisa que a gente estuda é a norma objetiva.

Atualmente, em São Paulo e no Rio, a taxa da mais-valia, ou seja, a taxa de extração que eles tiram do dinheiro, do lucro, de tudo, é entre 40% e 60%. Nós temos mapeado isso para todos esses lugares. Então, não se enganem. Não é uma questão de que a gente vai estabelecer 50%. Já é entre 40 e 60%. Já é por aí! E não se enganem. Nós não podemos proibir essas casas de existirem. Eu sou americano, nascido nos Estados Unidos e cidadão brasileiro por opção, 25 anos no Brasil. Eu sigo o debate de prostituição nos Estados Unidos com certa atenção. Os Estados Unidos, como vocês devem saber, é absolutamente abolicionista. A prostituição é considerada crime por alguns estados muito pontuais. Sessenta mil prostitutas são presas nos Estados Unidos todo ano. Esse é o país que, em todos os países do chamado ocidente, mais militou para eliminar a prostituição através de leis rigorosas. Um país que muito... Eu não, mas muita gente diz que é melhor do que o Brasil. O policiamento é mais sério do que no Brasil. E, mesmo assim, 60 mil prostitutas por ano são presas nos Estados Unidos. O governo federal, no ano retrasado, fechou 30 meses de 42 forças-tarefas federais que gastaram, se eu não me engano, 300 milhões de dólares na luta contra o tráfico de exploração sexual. Em 30 meses, eles só foram capazes de encontrar 375 traficadas, vítimas do tráfico. Com 60 mil presos, 180 mil presos em 3 anos, e 375 mil traficadas. Obviamente, então, os Estados Unidos estão prendendo prostitutas, não encontrando traficadas.

Como funciona a prostituição nesses casos que nós temos no Brasil, que atualmente funcionam na ilegalidade? Quando Jean Wyllys fala “mediadores”, eu vejo muito gente dizendo: *“Ah, ha, ele está desculpando. Ele está dando uma defesa dos cafetões.”* Não! Os mediadores são a moça que limpa os quartos entre os programas, o moço que vende cerveja no balcão, a segurança na porta, que é chamada caso um cliente comece a abusar das prostitutas, outras coisas... Todas



essas pessoas ganham dinheiro do dinheiro que a prostituta faz, do dinheiro que a prostituta ganha. Todas são pessoas qualificadas pela lei brasileira atual como cafetões, mas não são pessoas que exploram, de fato, a prostituta.

Agora, os senhores trabalham nessa área, e eu sou um pouco ignorante. Então, eu quero que você me responda. Existe uma categoria profissional, no Brasil, que tem teto de mais-valia? Por exemplo, mais-valia, aquele dinheiro que o dono da empresa consegue extrair da mão-de-obra, do trabalho dos seus empregados, não é? Existe alguém profissão, jornalista? Nenhuma? Então, olhem só, nós estamos estabelecendo um teto da mais-valia da prostituição, que não existe em nenhuma outra profissão do Brasil. E sabe que o problema com esses argumentos, Dr. Renato, de que você acha isso alto? O.k., então, o que você acha que a gente deve estabelecer: 30%? Porque que aí vai vir outra pessoa achar que isso é alto. Então, 25%. *“Ah, não, aquilo é alto.”* Sabe por que, Dr. Renato? O argumento lá não é legalista e não é economicista, mas estritamente moralista, a ideia de que ninguém deve ganhar dinheiro com a prostituição de outrem. E, se a gente começa nesse argumento de *“onde é que vai colocar esse teto”*, nós vamos chegar a zero, que é a atual lei, e a situação vai continuar do jeito que está. Nenhuma outra profissão, no Brasil, estabelece um limite do quanto você pode tirar dinheiro do trabalhador. Nós estamos dizendo: *“Hei, nós vamos ser a primeira profissão do Brasil que estabelece essa categoria justa.”* Isso é uma coisa *“progressiva”*, isso não é uma coisa retrógrada.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Progressista.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Progressista, desculpa. Sotaque de gringo.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Tudo bem. *(Risos.)*

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Bom, mas, fechando, esse dinheiro não está indo necessariamente para o bolso de alguém. Ele paga para a moça que vai limpar os quartos. Ele paga para ter um *barman* num lugar, servindo cerveja. Ele paga um segurança. Ele paga todas as necessidades da casa. Toda empresa precisa disso, por isso a mais-valia funciona no capitalismo. A única coisa que nós estamos fazendo — e estamos sendo criticados, eu não sei por que — é que estamos dizendo como nós vamos ter essa profissão aqui sobre a qual o Brasil



tem questões morais, nós vamos estabelecer um teto de mais-valia de 50%. Nenhuma outra profissão tem essa exigência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Bom, Lourdes, pode falar. Depois a Deputada Flávia Moraes, depois a Deputada Antônia...

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Eu, na minha primeira fala, estava um pouco assim... Até porque o estigma é tão grande e o preconceito e a discriminação contra nós que, às vezes, em alguns momentos, a gente fica um pouco magoada e revoltada. Mas quero dizer o seguinte, ouvindo a fala do Deputado, do Thaddeus, do rapaz lá do Ministério do Trabalho, o outro lá, que também, lembra que a gente participou de todo um processo da CBO. Numa relação sexual, a gente pode fazer várias atividades. E eu, como trabalhadora sexual da velha-guarda, né, eu lembro que alguém falou aí que tinha um cliente de 22 anos. É, muitos homens vão procurar uma mulher na casa de prostituição não só para ter relação sexual. Muitas vezes é para conversar, é para sair da rotina, um montão de coisas na vida. Então, parece que só vai procurar para fazer prostituição, né, Deputado? Quantas vezes você já foi com a gente para tomar cerveja com a gente na casa de prostituição e saiu de lá sem fazer nenhum programa com ninguém. Não já aconteceu isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Várias vezes.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Várias vezes. Então, quer dizer, aqui fizeram uma pesquisa: quantos já foram a uma casa de prostituição... E parece que poucos apareceram, porque é muito difícil ter coragem de assumir isso, infelizmente. Outra pergunta que a sociedade faz muito para mim e para nós, trabalhadores do sexo. Se você tivesse uma filha prostituta? Eu digo: *“Olha, eu só quero que ela ou ele estude bastante para ter consciência, saber cobrar o seu bom programa, saber...”* Isso eu quero, que estudem — realmente eles estudam. Até porque precisa muito talento para ser prostituta, porque lidar com uma sociedade dessa doente tem que ter muita coragem, né? *(Risos.)* Então, gostei muito da fala da Professora que já levantou ali...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Dorinha.



A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Da Dorinha. Gostei muito da fala do senhor representante do Ministério do Trabalho.

E dizer outra coisa... Ah! Sim, as pessoas dizem assim: *“Núbia, a tua profissão é muito perigosa.”* Eu não estou fazendo mais todo dia. Mas, quando eu quando eu vou lá para o garimpo, na região do Pará, fazer meu trabalho de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, com os garimpeiros, termina... Eu sou sempre como uma boa médica velha, já idosa, sempre passando uma boa consulta.

Então, quer dizer, eu tenho clientes, até hoje, que passam lá para me dar presentes. Eu já não faço mais nada, porque nem o Viagra funciona mais. *(Risos.)* Mas vão lá para conversar comigo, para saber como é que eu estou e, no meu aniversário, deixar um presente. Então, quer dizer, faz uma relação de amizade, porque os homens não são vazios. E a nossa relação é diferente um pouco, de um homem e de uma prostituta; é diferente um pouco do Movimento Feminista, que também nós não entendemos — a importância do homem e da mulher... Nós entendemos isso.

Então, essa dificuldade que o Movimento Feminista tem de... Até, na Marcha das Vadias, uma colega minha colocou: *“Nem puta nem santa! Então, tu não és nada!”* *(Risos.)* Eu sou puta mesmo.

Essa coisa da sociedade brasileira... E quando alguém colocou aqui... Já existem algumas cooperativas, só que não são legalizadas. Eu posso alugar ou comprar uma casa e querer ter 4, 10 ou 15 mulheres trabalhando lá. Ela telefona, vem o programa. Só que isso não é legalizado. Se isso acontecer, vão dizer que eu estou incentivando o tráfico, a exploração sexual. Isso é verdade.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - *(Fora do microfone.)* Isso, isso.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Outra coisa que eu queria falar é: eu fui uma mulher que... O Deputado Arnaldo Jordy falou uma coisa... Eu consegui fazer da minha vida de prostituta um grande movimento social. Eu, como Gabriela, como a Cida e outras e outras...

Vocês não sabem. Esse mercado é tão grande porque há uma necessidade. Como há a necessidade de comer, de fazer este copo, há uma necessidade sexual,



de conversar com as mulheres. Então, nós temos uma função social, de educadora sexual. Imaginem quantos homens, na despedida de solteiro, foram ter uma relação comigo — como educadora, para aprender, porque ninguém nasce aprendendo a fazer sexo. Aprender sexo é uma coisa que todo mundo faz, gente! Eu não sei por que tanto estridor, com tanto preconceito com as trabalhadoras sexuais! (*Palmas.*)

Nós somos profissionais. E prostitua não é só aquela que está na zona, não. Qualquer pessoa pode se prostituir. Muitas vezes, dentro da sua própria casa, quando vai fazer uma relação em que já não existe mais amor, está ali só dormindo em camas separadas, mas está lá porque ganhou um anel de brilhante, um carro importado, e um montão de situação.

Então, aquela bem pobre, que não tem nada, e o caboclo, operário, sai, chega lá, no final de semana, para dar uma comidinha melhor, às vezes não tem mais nada, não quer ter mais nenhuma relação sexual, mas termina tendo uma relação sexual para agradar. E a gente agrada o cliente porque a gente quer dinheiro, a gente quer pagar nossas contas.

Eu nunca me vi, com o cliente em cima de mim, fazendo nada errado. Ali estava tudo contabilizado: eu tenho que pagar o colégio do meu filho, da minha filha. Estava tudo fazendo isso. (*Risos.*) Gente, é normal! A gente não é anormal. A gente é normal.

Então, eu acho que esse (*ininteligível*), Deputado, é um desafio. Mas eu acredito que há o Deputado Arnaldo Jordy e outros Deputados e Deputadas que vão apoiar a gente, porque é uma necessidade. A gente não aguenta mais.

Nós acabamos de executar um projeto, lá no Pará, Zona de Direito, do Fundo Brasil em Direitos Humanos. E a gente percebeu que os avanços foram grandes, como a CBO, como a questão política e a questão de referência no mundo na questão do uso do preservativo.

Nós temos táticas e formas de usar preservativos que o mundo das outras mulheres não conhece, como colocar no cliente, até sem ele perceber, porque nós não queremos estar infectadas pelo HIV. A gente não quer nenhuma doença; a gente quer cuidar da nossa saúde.

Então, tem tudo isso. E tu não sabes, assim, dizer para a sociedade: “Ah, não, porque tem alguém lá infeliz.” Não. Infelizes há muitas pessoas na vida. “A tua



profissão é muito perigosa.” É mais perigosa do que a do jornalista, do pedreiro, de policial, de advogado? Você que é advogado, não é, Jordy, sabe. Em todas as profissões se corre perigo: de a empregada doméstica ser violentada sexualmente dentro de casa, morrer se pegar uma família doida. Então, quer dizer, um monte de coisa, gente!

Então, só a nossa é que é perigosa? Eu nunca apanhei na zona. Eu cheguei a apanhar de uma amante, porque eu também era muito ciumenta. A gente tem também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já bateu muito, mas apanhar, não.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Dei uns tapas, lá. Aí fui denunciar. (*Risos.*)

Quer dizer, eu estive em todas as lutas sociais, na Delegacia da Mulher do Pará, Conselhos Municipal e Estadual dos Direitos da Mulher. Na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente estava lá, junto com o Pe. Bruno. Uma puta fazendo a diferença!

Na primeira vez, há 35 anos, quando assumi para a sociedade, numa reunião, que era puta, havia vários intelectuais, com várias formações acadêmicas. Quando eu falei que era puta, todo mundo se apresentou como assistente social. Diziam: “*Eu sou não sei o quê.*” E eu me levantei e disse: “*Eu sou prostituta.*” Parece que eu tinha jogado uma lata d’água gelada na cabeça das pessoas, porque o preconceito é muito grande. Só que isso mudou e vai mudar, porque nós merecemos, nós queremos ter direitos garantidos, nós queremos que os direitos humanos funcionem. Nós não queremos viver correndo da polícia. Nunca fizemos nenhum crime. Se há alguém que incentiva a filha para a prostituição... Em todas as profissões existem pessoas boas e más. Eu nunca fiz mal para ninguém, como conheço muitas e muitas e muitas e muitas.

Nós vivemos dentro de um gueto profundo, de violência, com um estigma tão grande contra nós. Precisamos lutar contra isso, sabe? Só legalizando essa profissão, porque as coisas que são ilegais são piores, porque eu estou fazendo uma coisa escondida, ilegal, correndo da polícia.



Eu me lembro de que, no fechamento da Havana, nos anos 70, em Belém do Pará, a gente vivia com as cavalarias correndo atrás de nós.

Eu fui presa porque tentei apoiar minhas amigas, enfrentando a ditadura militar!

Eu posso falar da ditadura militar com muita determinação. Fui presa dentro de um cabaré, sem poder sair, e milhares e milhares de amigas nossas deportadas para outros Estados brasileiros e outros países, quando o Alacir de Nunes fechou, no seu segundo Governo, lá no Pará, no tempo da ditadura militar, a zona de prostituição. E piorou, porque espalhou... Estávamos todas nós lá, num quadrangular, todo mundo trabalhando, tendo condições.

O que nós precisamos é ter condições de trabalho, Deputado. Nós precisamos que o Governo, o poder público, fiscalize. É disso que nós precisamos: uma boa casa para trabalhar e uma carga horária adequada.

Eu me lembro de que eu fazia greve. Na época, eu, novinha — eu era gatinha, mesmo —, fazia greve, mobilizava quantas prostitutas eu quisesse no cabaré para elas não terem uma carga horária de 24 horas bebendo, dançando.

Eu fui dançarina de cartão da Boate Guarani, em Fortaleza, e dizia: *“Olha, eu não vou dançar com mais de 10 homens hoje à noite.”* Dez homens eram suficientes para eu ganhar... Eu ganhava dinheiro só para dançar! E não era nua, não, mas vestida, com vestido longo e sapato Luís XV.

Eu vivi isso, essa coisa glamourosa, amorosa, paixão. E hoje eu vejo lá dentro da minha área, onde a gente vive, uma degradação, mas não são prostitutas; são crianças que foram jogadas na rua, que perderam a referência da família. Nós precisamos é cuidar das nossas crianças, educar nossas crianças, a questão de valores, e dar limites. É disso que nós precisamos.

O tempo está acabando. Está até gostoso.

Eu deixo um beijo bem carinhoso e um abraço para cada um de nós aqui. Quero dizer para vocês que o caminho é esse, Deputado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Muito obrigado, Lourdes.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Vamos para frente, que você vai ter... Acho que aqui vai ficar sensibilizado. E, se alguém tiver preconceito, porque preconceito as pessoas têm, vai trabalhar, porque é assim que se trabalha.



Um beijo e um abraço para todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, querida Lourdes.

A Cida também quer fazer umas considerações. Depois, eu passo a palavra para as Deputadas Antônia Lúcia e Flávia Moraes.

A SRA. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA - Na fala da Lourdes Barreto, ela me contemplou muito.

Eu queria dizer o seguinte: não existe trabalho em que não haja exploração.

Na verdade, nós somos uma matéria, e nós, para nos mantermos, seja em que profissão for, nós somos exploradas, seja a profissão que for. Nunca estamos contempladas com o contratante. Então, essa é a questão.

Quero dizer, também, uma coisa interessante. Eu sou prostituta e eu não faço sexo; eu só faço fantasias e fetiches. Então, o lado psicológico eu não trabalho. Trabalho mais a questão da violência mesmo. São outras áreas da prostituição que, às vezes, as pessoas não entendem, porque a minha parte na prostituição são os fetiches e fantasias pesadas, que eu adoro e amo de coração. E também essa questão da legalização, nós, prostitutas, votamos, somos cidadãs e pagamos impostos, mas não temos direitos. E esse mito de quebrar preconceitos vem nesse projeto. Somos polêmicas e vamos polemizar muito mais para termos esses direitos. Nós somos e gostamos de ser essa força.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Cida.

Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a pessoa do nosso Presidente, Deputado Jordy, saudar o Deputado Jean Wyllys, minha amiga, Deputada Flávia Moraes, e também cumprimento o Sr. Thaddeus, a Sra. Maria Aparecida, a Sra. Lourdes. Parece-me que o representante do Ministério do Trabalho e Emprego também está presente aqui. Também faço questão de registrar a presença da Dra. Joana D'Arc Valente Santana, Presidente da ONG, da Organização Universalista de Ativistas Militantes do Acre; Tríplice Fronteira Brasil, Peru e Bolívia que está conosco. Eu acho esta audiência, Srs. Deputados e senhoras e senhores, muito propícia. No Brasil, estamos vivendo um momento de revolução, um momento de mudanças, um



momento de reconhecimento, eu digo até um momento histórico para o nosso País em todos os segmentos.

Ouvi aqui atentamente a exposição da Sra. Lourdes. Agora por último, a do Sr. Thaddeus. Ouvi o posicionamento da Sra. Maria Aparecida e fico impactada, Deputado Jean, com as declarações prestadas pela Sra. Lourdes. Eu reconheço que todas as representatividades, sejam elas... Na realidade, na sociedade moderna, só tem vez e direitos quem está organizado. No caso, essa condição que nos está sendo colocada aqui hoje, neste final de manhã — mais do que organizadas, eu percebo que ela está —, mas queridas, eu tenho uma preocupação, Maria de Lourdes, que colocaram aqui muito bem.

Eu sou mulher também e, acima de tudo, nós sabemos explicar, Deputado Jordy, na íntegra, com certeza, sem nenhuma sombra de dúvida, o que as senhoras tentaram colocar aqui, mas, particularmente, eu acredito que os direitos das minorias precisam ser respeitados em nosso País. Sem nenhuma sombra de dúvida, sou a favor disso, mas isso me gera uma preocupação muito grande, quando se coloca essa situação, Sra. Lourdes, explicitamente, por causa das nossas crianças. Eu acho que nós, Parlamentares, deveríamos ter uma preocupação muito mais visionária, até porque se coloca aqui que existe um mercado muito grande. Se existe mercado, existe demanda. Há oferta, há demanda. Então, é notório e claro, como o senhor falou, Deputado Jean, isso é recorrente. Vem desde os tempos relatados na Bíblia acerca desse assunto, ainda quando Jesus Cristo andou nesta terra, mas, lamentavelmente, eu gostaria de dizer para a Sra. Maria Aparecida e para a Sra. Lourdes, que tenham, na minha pessoa, o respeito como mulher, mas como mãe de família, Jean, eu me preocupo com o que pode acontecer com as gerações. Pessoas que representam o Parlamento — isso, eu não estou dizendo... e não está representada a minha fala aqui na pessoa da Deputada Flávia, nem do Deputado Jordy e muito menos na pessoa de Jean Wyllys —, preocupam-se com pleitos eleitorais. Eu me preocupo com geração. Então, existe aí uma geração de meninas, de meninos que vão lidar com essa condição de uma forma que precisa estar mais bem orientada. Então, eu acredito que se fazem necessários vários debates para que isso tudo venha a ser muito bem dirimido, esclarecido no seio da sociedade do nosso País.



Eu acredito que principalmente a Sra. Lourdes, a Sra. Maria e as demais colegas que representam essa classe, que existe... Vocês colocaram aqui que ela é uma economia ativa mesmo, em nosso País, mas precisa de mais debate. Precisa-se de mais debates, esclarecimentos. Isso, para minha visão, é tão pessoal, é tão individual, é uma decisão tão única, tão singular, que ela se torna, na minha visão, Jean, um tanto perigosa em relação à proteção das gerações das meninas e dos meninos. Ela colocou aqui que existem vários tipos de prostituição até dentro de casa, quando falta o amor e etc., mas nós temos a obrigação de proteger as nossas crianças. Eu não sou incentivadora dessa profissão. Eu não sou, mas eu não sou a pessoa que vai representar o chicote contra a decisão pessoal de cada mulher, de cada homem, que se propõe a tomar essa decisão.

Então, eu gostaria de deixar registrado que vocês que representam a classe movimentem-se mesmo, porque é uma pauta muito complexa. E ela vai ter de tramitar muito bem. Vocês vão ter de debater muito pelo País afora, porque eu acho algo de muita relevância para as próximas gerações.

Então, ficam aqui meus parabéns, porque realmente é uma audiência que se faz necessária — ninguém pode esconder isso debaixo do tapete da sala ou embaixo do lençol da cama ou onde quer que seja —, mas, no nosso Brasil, Deputado Jean, permita-me, você fez menção a outros países, no nosso Brasil, ainda não há espaço educacional para uma condição dessas, Sra. Maria Aparecida e Sra. Lourdes, não por decisão minha ou por decisão de quem quer que seja, mas por decisão de educação sexual e todos os tipos de educação. Nós conhecemos as deficiências públicas no nosso Brasil.

Então, a minha sugestão é mais debates. Vamos trazer mais pessoas, vamos esclarecer isso publicamente, quem sabe até jogar isso aqui. Presidenta Dilma tentou colocar em um plebiscito. Eu acho que isso é objeto de algo muito mais forte, não só de audiências públicas, porque, com eu disse, eu me preocupo não com o próximo pleito eleitoral, porque é uma classe realmente muito grande, mas eu me preocupo com a geração do nosso País. Então, fica aqui o meu registro e parabéns a todos vocês, no sentido de que é assim que se resolvem as demandas da nossa sociedade — debatendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro. Muito obrigado. Há muita gente para falar. Vamos ouvir...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vai falar, claro, claro. Nós estamos aqui para debater.

Obrigado, Deputada Antônia Lúcia. Nós vamos ainda facultar a palavra à Deputada Flávia, que é autora do requerimento.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Bom, eu acredito que esse debate é muito proveitoso. Queria agradecer a presença das pessoas que representam as trabalhadoras dessa área, D. Maria de Lourdes e a Maria Aparecida, que vieram aqui, através de seus depoimentos, mostrar um lado dessa profissão que, muitas vezes, é desconhecido por muitos — talvez mais pelas mulheres do que pelos homens —, mas que, com certeza, enriquece muito o debate e a discussão.

A intenção desse debate é justamente, dentro da CPI do Tráfico de Pessoas, investigando e ouvindo depoimentos, principalmente sobre casa de prostituição que era fechada pela exploração que ali existia — e nós sabemos que, no Brasil, a exploração sexual é crime —, nós sentimos a necessidade de debater aqui nesta CPI a importância e a relevância que teria a regulamentação da profissão diante dessa realidade, que é crime, mas que existe em todos os lugares — o *outdoor*, nos jornais, não é difícil encontrar anúncios de casas de prostituição, que são exploradoras e que existem e, mesmo sendo crime, estão aí.

Então, é justamente para enfrentar essa situação que nós estamos nessa discussão aqui hoje. Até que ponto a regulamentação dessa profissão poderia coibir a exploração? Deputado Jean Wyllys, que é autor desse projeto, que vem de um projeto que já foi apresentado também por outro Deputado, Gabeira, que nos coloca claramente o reflexo disso, nessas casas de prostituição. Elas estariam trabalhando numa relação de trabalho normal. Fiquei feliz de ver aqui o representante do Ministério do Trabalho, que nos disse que, em 2002, a ocupação da profissional do sexo já foi reconhecida pelo Ministério. Hoje, a ocupação tem um código. Se a profissional quiser trabalhar como autônoma, ela tem um código para atuar nessa ocupação. Então, nós precisamos, sim, como disse a Deputada Antônia, continuar esse debate, continuar essa discussão. Eu já levei — Deputado Jean Wyllys estava



comigo — para a nossa bancada feminina, bancada das mulheres. Nós temos aqui, D. Maria de Lourdes, uma bancada só de mulheres. São 46 mulheres. E nós já levamos esse assunto. Existe uma resistência, sim, do movimento feminista, mas existe uma intenção — e eu senti delas uma intenção — de discutir e debater esse assunto. Eu digo que hoje, como disse aqui a dona Maria de Lourdes, antigamente, era de um jeito; hoje, até essa atividade tem um caráter diferenciado, e a sociedade também tem um olhar diferenciado. Então, nós precisamos rediscutir, reavaliar essa profissão na nossa sociedade. Eu acho que é um importante debate para a Câmara. Com isso, com certeza, estaremos dando mais segurança para as pessoas que atuam nessa área, que não são poucas, e até para os clientes, para os parceiros desses clientes. Nós não podemos aqui omitir a preocupação com a saúde também. Hoje, as doenças, DSTs, são transmitidas justamente por esse serviço que é feito de forma escondida, sem nenhuma proteção, sem nenhum amparo, sem nenhuma orientação. Muitas vezes, estamos sendo permissivos, pela omissão, à proliferação de doenças que podem levar a tragédias horríveis. Então, eu acredito que está no momento de discutirmos com maturidade, com responsabilidade, e não com falso moralismo. Ou se acaba com isso, Deputado Jean Wyllys, ou então, vamos encarar, enfrentar, reconhecer e cuidar para que essa profissão seja uma profissão como outra e não seja nociva às pessoas que dela participam e usufruem.

Então, eu quero agradecer ao Presidente, Deputado Arnaldo Jordy, pela parceria no sentido de estar aqui hoje já realizando essa audiência pública, ao Deputado Jean Wyllys, que tem se destacado pela coragem de enfrentar temas polêmicos. Fico feliz em ver Deputadas como a Maria Antônia, como a Professora Dorinha, que são mulheres, defendendo e entendendo a importância dessa discussão para esta Casa. Esta relatoria, com certeza, deve transmitir a importância dessa audiência, dessa discussão, e nós vamos também agora, como estamos envolvidos com essa causa, acompanhar essa discussão em outros momentos, em outras comissões que, com certeza, vão acontecer nesta Casa.

Então, era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputada Flávia, que é autora desse requerimento que foi aprovado aqui, na nossa Comissão por unanimidade, para que nós promovêssemos este debate. Algumas pessoas até



questionavam sobre a CPI, mas tem tudo a ver. Nós temos lidado frequentemente com esse problema que é parte desse cenário dantesco a que nós temos assistido na CPI do Tráfico de Pessoas, em que as mulheres são escravizadas, literalmente escravizadas, por conta desses parâmetros em que elas são... O caso de São Paulo, claramente, as meninas que vieram do Maranhão e foram prostituídas, e, na verdade, recebiam muito menos do que 50%. Acho que era em torno de 25% a 30% que essas meninas recebiam lá por conta da atividade que exerciam para o dono da boate, e vários outros casos que não cabe aqui relatar.

Nós vamos franquear a palavra. O Deputado Jean Wyllys queria se inscrever. Também, a Lourdes queria falar. Não sei quem mais dos nossos convidados gostaria de fazer alguma colocação.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Thaddeus também quer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Thaddeus também quer falar. E a Cida? *(Pausa.)* Não. Então, vamos ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu só lamento que a Deputada Antônia Lúcia tenha saído justamente na hora de responder aos questionamentos da Deputada. Ela está aí? *(Pausa.)*

Mas, até para dar um tempo para ela chegar, eu quero dizer que espero — é uma esperança profunda — que o relatório desta CPI de Tráfico de Pessoas coloque entre os meios de combater o tráfico humano para fins de exploração sexual ou de exploração da força de trabalho, coloque a regulamentação, indique como resposta ao tráfico humano para fins de exploração a regulamentação da prostituição.

Espero sinceramente que a CPI chegue a esse consenso. Como disseram o Deputado Jordy, a Deputada Antônia Lúcia e a Deputada Flávia, não é um tema fácil de enfrentar. Ele gera polêmica, e gera polêmica, sobretudo por causa dos preconceitos que as pessoas têm em relação à prostituição. E preconceito de ordem cognitiva, de ordem da cognição, pode ser desconstruído.

Então, eu acho que os Deputados têm que estar numa posição de ouvir os argumentos, acolher esses argumentos e não fingir que estão ouvindo para apresentar os seus contra-argumentos, sem levar em conta a fala das pessoas diretamente interessadas nessa questão.



Então, vamos, primeiramente, pelo primeiro item levantado pela Deputada Antônia Lúcia, e lamento, de fato, que ela não esteja aqui.

Desde que eu apresentei esse projeto, eu venho sendo sistematicamente difamado e insultado nas redes sociais. Então, o pleito eleitoral de que a Deputada falou não faz o menor sentido. Ao contrário; está pensando nas eleições quem se coloca contra o direito das prostitutas, está pensando nas eleições quem responde ao senso comum, e o senso comum rechaça a prostituição. O senso comum não quer ver a prostituição regulamentada. Então, quem se nega a reconhecer o direito das prostitutas é que está pensando no voto nas próximas eleições, porque defender o direito das prostitutas, encarar a polêmica que envolve esse pleito, significa estar sujeito à difamação e, portanto, à perda de voto. Eu ouvi muita gente dizendo isso para mim: *“Para que você se elegeu? Para defender a prostituição?”* Não. Eu me elegi para defender direitos humanos, inclusive a liberdade individual como direito humano, a liberdade de escolha como direito humano e a liberdade a uma saúde integral como direito humano. As prostitutas merecem e são sujeitas a esse direito. Têm que ter esse direito reconhecido.

Então, ao contrário do que ela diz, essa pauta não me traz mais votos. Muito pelo contrário, me tira votos. Eu a estou enfrentando exatamente sabendo do impacto eleitoral que tem. Eu, sim, não estou preocupado com a reeleição. Se eu não for reeleito, paciência. O importante é que eu não fechei as minhas portas para uma pauta que é significativa.

A Deputada Antônia Lúcia fala em preocupação com crianças. Ora, o que mais nos preocupa, tanto a nós, Parlamentares, que defendemos essa pauta, quanto às prostitutas engajadas no movimento pela regulamentação, o que mais preocupa a essas pessoas e a todos nós são os direitos das crianças e dos adolescentes. Nós queremos regulamentar a prostituição para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós queremos distinguir a prostituição da exploração sexual exatamente para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, quem está preocupado com as crianças somos nós! Nós estamos preocupados. Na medida em que a gente empurra para debaixo do tapete, na medida em que a gente finge que a prostituição não existe, na medida em que a gente finge que não existem casos de prostituição operando no vácuo da



legalidade, nós estamos colaborando para a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu volto a dizer: a exploração sexual de crianças acontece nas casas de prostituição, porque atualmente a casa de prostituição opera no vácuo da legalidade, e as prostitutas não se sentem seguras para denunciar esse crime. Então, quem está a favor das crianças, quem está defendendo o direito das crianças somos nós.

Então, primeira questão. Se a Deputada Antônia Lúcia está falando de... Quando ela diz assim: *"A preocupação com as crianças..."* Preocupação o quê? A criança não pode saber que existe prostituição? Ora, a criança sabe que existe exploração comercial da fé das pessoas. Por que ela não pode saber que existe prostituição? Existem pessoas explorando comercialmente a fé de outras neste País. Há pessoas pedindo cartão de crédito e a senha do cartão de crédito para vender um lugar no céu. Isso, para mim, é um acinte! Isso, para mim, é imoral! E as pessoas falam disso abertamente no Brasil, por que não vão falar abertamente da prostituição? Que história é essa de preocupação com as nossas crianças?! E desde quando uma criança saber que existem mulheres prostitutas vai levá-la à prostituição. As crianças sabem que existem jornalistas e nem sempre elas escolhem o jornalismo. As crianças sabem que existem políticos, seja no Poder Executivo, seja para exercer o Poder Legislativo, e nem por isso elas escolhem ser políticos eleitos, quer dizer, ser Parlamentares eleitos. Então, esse argumento da preocupação com a criança tem que ser um pouco aprofundado para a gente sair desse senso comum e dessas afirmações, estas, sim, eleitoreiras e populistas.

Eu acho curioso a Deputada Antônia Lúcia fazer uma oposição ao tratar mãe de família em contraponto às prostitutas. Ora, muitas prostitutas são mães de família. A grande maioria é de mães de famílias. Aliás, as mães solteiras deste País, que não são prostitutas, são mães de família. A família não é só a família do comercial de Dorigana, de margarina. A família se metamorfoseou. Nós temos diferentes arranjos familiares hoje. E essas famílias, na sua pluralidade, têm que ser reconhecidas e protegidas pelo Estado. Então, mãe de família é também a Lourdes, que tem uma filha que é socióloga. Mãe de família é Gabriela Leite, que é mãe e avó. Todas são mães de família. Que história é essa de contrapor: eu sou mãe de família e a prostituta não é? Então, esse é um equívoco. Se a gente quer, de fato,



debater, e a Deputada Antônia Lúcia, de maneira muito justa, clama por debate, eu acho que a gente tem que debater com discernimento. É aquilo que a Hanna Arendt disse e que é essencial à política: discernimento. Ou eu digo: honestidade intelectual. Nós precisamos agir com honestidade intelectual. Então, as mulheres prostitutas, a grande maioria, são mães de família, e essas famílias devem ser reconhecidas e protegidas pelo Estado.

Eu não sou incentivador da prostituição, quando eu represento uma demanda do movimento das prostitutas, a regulamentação da sua profissão. Não estou incentivando a prostituição, como eu também não sou incentivador do corte de cana dos boias-frias que vão para os plantios de cana cortar cana naquelas condições. Como eu não sou incentivador de pessoas que optaram por explorar comercialmente a fé de outro. Eu não sou incentivar de nada! Mas eu acho que as pessoas têm que ter, embora eu não incentive a prostituição, eu não vou negar às mulheres prostitutas ou às pessoas que se prostituem, de maneira geral, o direito delas de exercerem essa profissão com segurança jurídica, com o mínimo de segurança jurídica e de direitos. E volto a dizer: prostituição é uma prática exercida por pessoa adulta e capaz, independente das circunstâncias. Prostituição não é exploração sexual, e a exploração sexual tem que ser enfrentada. Ela, sim, é um crime. E na medida em que a gente não regulamenta, na medida em que a gente age de maneira hipócrita, negando a existência de milhares de casas de prostituição neste País que operam no vácuo da ilegalidade, a gente está incentivando a exploração sexual.

Portanto, nós temos que encarar esse debate e descriminalizar as casas de prostituição para impedir a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Acho curioso dizer que nós não temos uma educação, ainda, para tratar desse tema. Ora, nós não temos uma... É, nós não temos... Se a gente for pensar nessa perspectiva, a gente não vai tratar de tema algum, porque o débito com a educação de qualidade é grande neste País. E a gente não pode ser etapista. Na medida em que a gente luta por uma educação de qualidade, através do Plano Nacional de Educação e através do destino de recursos dos *royalties* para educação, ao mesmo tempo, lutamos pelas liberdades individuais, pelos direitos trabalhistas das prostitutas. Não existe etapa: o momento em que vamos conquistar



a educação plena para poder tratar desse tema. O fato de a gente não ter uma educação de qualidade garantida à ampla maioria da população não nos impede de tratar de outros temas.

Outra questão: eu não vejo uma preocupação das pessoas, por exemplo, quando se trata da infância, de proteger a criança, por exemplo, das representações da morte e da violência urbana. Eu não vejo ninguém preocupado em não tocar no assunto. Não vamos falar de policiais na frente das crianças, afinal de contas, os policiais são o braço armado do Estado, que podem exercer a violência legal. E, no exercício da violência legal, os policiais podem exterminar a juventude negra deste País e apresentar um boletim de ocorrência de auto de resistência. Eu não vejo essa preocupação com as crianças. Isto, sim, me avilta: o crime contra a vida, a violência, não a oferta de fantasia sexual e de amor que uma mulher decidiu, ou escolheu apresentar, ou se ocupar disso, ou as circunstâncias a levaram a fazer isso, porque as circunstâncias podem levar as pessoas a escolher outras profissões.

Eu tenho certeza de que há Deputados aqui que não pensavam, no início, em ser Deputados, mas as circunstâncias os levaram a isso. Eu conheço muitos “filhos de papai Deputado” que não se acertavam em nenhum outro aspecto da vida, não se colocavam no mercado de trabalho e, pelo regime das capitâneas hereditárias, o pai disse: “*Você vai ser candidato. Já que você não consegue exercer nenhuma profissão, você vai ser candidato*”. Não é verdade? Então, as circunstâncias o levaram, não foi ele que escolheu. Muitas vezes vem para cá e se torna um péssimo Parlamentar, envolvendo-se em esquema de corrupção, servindo a *lobbies* terríveis. Ué, as circunstâncias podem levar uma mulher a ser prostituta. Não foi a escolha inicial dela, mas as circunstâncias levaram-na a exercer a profissão. E não é porque as circunstâncias a levaram que ela tem que exercer a profissão na clandestinidade, na ilegalidade, sob o estigma de ser explorada e escravizada por isso. Não, nós temos que garantir, portanto, segurança mínima jurídica para que ela exerça a profissão bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado.

Vamos ouvir o Thaddeus, depois a Lourdes e, acho, a Cida.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - A Lourdes está se ausentando rapidinho para ir ao banheiro. (*Pausa.*)



A Deputada fala em Jesus. Eu acho interessante porque Jesus foi extremamente claro em sua posição sobre prostitutas. Jesus entendia as prostitutas como pessoas tão boas ou até melhores do que outras pessoas na sociedade. Jesus tem uma frase célebre na Bíblia que diz: *“As prostitutas vão entrar no céu antes dos fariseus”* — Ele fala de pessoas falsas moralmente, usando religiões para fins moralmente falsos — *“e dos funcionários civis.”* Quer dizer que, dentro desta sala, eu acho que isso quer dizer que Lourdes e Cida vão provavelmente entrar no céu antes de todos nós, sendo que eu sou professor federal e também sou funcionário civil. Mas o problema pior que eu vejo nos seus comentários são dois, Dra. Antônia Lúcia.

O problema primeiro é essa dicotomia que se faz entre família e prostituição. Você fala: *“A família é educação.”* Você falou, em determinado momento, que a pessoa entra até na prostituição por falta de amor. Eu acabei, com minha esposa, de fazer 60 entrevistas, em profundidade, com garotas de programa do Rio de Janeiro. Você sabe que dessas 60, 55 são católicas ou evangélicas praticantes e que 90% delas entraram na prostituição por causa da família e por causa do amor, não por falta do amor e não por falta de estrutura? Aliás, eu e minha esposa, a gente já sabe a história típica de prostituta no Rio de Janeiro: *“Eu era uma mulher muito religiosa. Eu seguia o templo. Eu era evangélica. Eu acreditava em casar e formar família. Eu casei com 19 anos de idade quando fiquei grávida. E aí, e aí... meu marido sumiu, morreu, ou entrou nas drogas, ou foi preso. E, de repente, eu me descobri, aos 23 anos de idade, com três filhos para criar e sem ter nenhum outro emprego que não dava além do salário mínimo. Eu entrei na prostituição porque me providenciava condições de criar a minha família com dignidade.”* Outras prostitutas falam o quanto elas têm que sustentar, apoiar e ajudar pais velhos que não têm aposentadoria, que estão lá com 80 anos de idade e problemas de saúde.

Você acha que uma empregada doméstica, neste País, ganhando 800 reais por mês, tem condições de sustentar ou três filhos ou dois pais sem aposentadoria? As prostitutas entram massivamente na prostituição por causa do amor à família delas, não por falta de amor e não por falta de infraestrutura familiar. Elas têm família demais que elas têm que cuidar.



Então, essa ideia de que aqui tem família boa, de que aqui têm prostitutas que caíram do abraço caloroso e maravilhoso da família tradicional, de fato, não é verdade, é uma marca de certo preconceito com o que é a prostituta.

Em segundo lugar, a questão da educação e a questão das gerações que a senhora tanto tocou. A senhora concorda comigo que, mesmo com problemas, o sistema educacional nos Estados Unidos, na França e na Alemanha está melhor do que no Brasil e, no entanto, existem centenas de milhares de prostitutas nesses países? Os Estados Unidos, como falei, prendem 60 mil por ano. Quando a educação vai ser adequada para a gente poder dar direitos humanos e trabalhistas a essa classe de pessoas? Se os Estados Unidos não têm, se a Holanda não tem, se todos esses países têm sistemas de educação bem melhores do que o Brasil e ainda têm prostituição, quando é que a gente vai ter essa questão?

O terceiro problema com isso. Você fala como se a gente fosse debater: vamos debater, e vamos debater, abrir o debate. Esse debate faz 20 anos, mas, como Lourdes falou, começou na ditadura. Na medida em que a gente fica debatendo, e debatendo, e vamos mais, e vamos mais, e vamos mais, não é que nada acontece. Na medida em que ficamos debatendo, mulheres são escravizadas, mortas, presas, famílias são destruídas por causa da neblina, por causa dessa área obscura onde a prostituição se encontra na lei brasileira. Debater, e debater, e debater não tem nenhuma consequência na medida em que a gente não regulamenta a prostituição e estabelece limites claros para o trabalho sexual sobre o que é correto, o que não é correto. Nós vamos continuar com bordéis clandestinos, como existem nos Estados Unidos, e nós vamos continuar com mulheres que acabam caindo na exploração grossa quando a família tradicional não consegue mais sustentar elas.

Então, precisamos fazer isso agora. Este debate já existe. Ele está rolando há décadas. E ninguém tem feito nada. Por causa dessa inação, nós temos talvez um dos piores sistemas do mundo: um sistema onde a prostituição anda para todos os lados, mas nós não protegemos os direitos trabalhistas e humanos das prostitutas.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., só um minutinho. Deixa só terminar a conclusão aqui. Lourdes está inscrita.



A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Depois da fala do Deputado e do Thaddeus, eu queria dizer para V.Exa., Deputada, o seguinte: eu gostaria de ter trazido para distribuir para todo..., mas a gente vai mandar para o Jordy e para os Deputados a nossa Carta de Princípios. Está muito bem clara a nossa Carta de Princípios. Nós somos as heroínas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós somos as heroínas por conhecer os dois lados da moeda, mais do que a senhora e do que qualquer outra pessoa, com todo respeito, como mulher e a senhora como Parlamentar que vota lei e que protege o povo. Nós precisamos mais do que isso, Deputada: entender que nós precisamos discutir também educação sexual nas escolas e dentro da casa da gente. (*Palmas.*) A gente tem que conversar com nossos filhos para ensinar eles a usar preservativo para não engravidar as adolescentes. Nós precisamos conversar com nossos maridos para não transarem com nossas empregadinhas domésticas, as menininhas que são trazidas muitas vezes do interior para serem usadas. Nós precisamos combater o que a Ivete Sangalo faz: mandar as crianças, no *show* dela, beijar a boca dela, incentivando as crianças a isso. Nós precisamos é lutar contra o estigma, Deputada.

E a gente percebeu na sua fala... Eu, em nenhum momento, falei... O Movimento de Putas não incentiva a exploração sexual, ao contrário. E essas duas representações que estão aqui não são individuais não, são coletivamente. O Norte brasileiro e o Nordeste brasileiro sabem que eu os estou aqui representando. Eu vim de Roraima. Eu estava dentro das fronteiras, dos garimpos, conversando com as trabalhadoras sexuais que querem isso. Mesmo que algumas ainda escondam sua cara, por causa do estigma, nós combatemos isso. Quando ele se propôs a apresentar essa proposta, ele pesquisou, ele foi à zona, ele foi aos bares, ele conversou com as outras lideranças. Ela também está aqui representando uma demanda do Sudeste muito grande, e do Sul, e do Brasil inteiro. Acabou de ser feita, lá na Paraíba, uma oficina com representação de todos os Estados brasileiros para fazer uma campanha. Não tem a campanha do idoso, a campanha da criança e do adolescente, a campanha não sei do quê? Aquela cartilha que o Governo tirou da escola contra a homofobia, nós precisamos trabalhar a questão da homofobia, porque, em qualquer família, pode ter uma pessoa que tenha sua orientação sexual que goste de sair com uma pessoa do mesmo sexo. Nós precisamos, senhora... Eu



sou uma mãe que até foi bastante conservadora. Eu não tenho só uma filha formada não; eu tenho filha, neta formada em língua inglesa, professora de inglês; eu tenho neto estudando Música; eu tenho filho policial, que ele conhece porque eu não estou mentindo; eu tenho filha que está cursando outra faculdade agora. Eu fui aquela mãe, como a maioria de nós prostitutas, por conhecer os dois lados da moeda, muitas vezes até conservadora, de levar e buscar na escola porque nós sabemos o perigo que se vive na rua, como em qualquer lugar. Hoje ninguém tem segurança. O que nós precisamos saber discutir é sabe o quê? Enquanto a gente fica preocupada com as prostitutas que estão lá, falando que não pode ser assim, que as crianças... Nós precisamos é proteger as nossas crianças. Muitos de vocês nem se preocupam com isso, sabe. Nós precisamos, como se diz, é de uma reforma política, até para políticos que não têm condições de vir para cá querer fazer carreira política, como se estivessem fazendo concurso público. (*Palmas.*) Político, para mim, tem que ser comprometido. O Jordy cedia o escritório dele para a gente se reunir quando a gente não tinha sede, o mesmo com os homossexuais. Conheço você nessa luta. Eu quero ver político que tenha realmente sensibilidade, que esteja aqui representando o povo.

Então, Sra. Deputada, eu achei a senhora bastante conservadora, me desculpe porque eu sou muito realista. Esta Casa é nossa, esta Casa não é só sua, é nossa, eu tenho o direito de dizer o que estou sentindo. Eu me senti ofendida porque, em nenhum momento, nós incentivamos a prostituição infantojuvenil. Ao contrário, nós debatemos, nós discutimos. Quando eu e outras pessoas estávamos discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre ser contra a diminuição da idade penal, porque, apesar de um menino de 16 já votar e já fazer menino, tinha que discutir isso porque criança é para estar na escola tendo cultura, lazer e vivendo bem na sociedade. É isso o que as prostitutas brasileiras querem. As prostitutas brasileiras incentivam sabe o quê? Educação de qualidade, saúde de qualidade.

Eu lhe digo que uma mulher como eu, que vim lá das entranhas do Nordeste, enfrentando seca, não fui para a prostituição por causa de fome, porque eu não sou aleijada e sei fazer muita coisa, eu fui para a prostituição porque eu queria ser mulher livre, ter coragem de deitar com quem eu quisesse. O corpo é meu. Eu não vou ficar... Quando eu falei que há mulheres que estão dentro de casa que vivem



mal, já que acham que a gente transa contra a vontade, quantas transam contra a vontade para manter, entre aspas, um “casamento de aparência”, mas não são felizes? (*Palmas.*) E eu, como puta, sou feliz porque eu criei meus filhos. Eu sempre deixei claro para os meus filhos de onde eu trazia o dinheiro. Eu saía de manhã, voltava de noite e dizia de onde... Mas nesse intermédio, de manhã, de tarde e de noite, eu ia lá saber como meus filhos estavam na escola. Eu ia à reunião dos pais. Eu ia representar... Minhas filhas iam para a escola, e não é comum, no primeiro dia de aula, as crianças irem fardadas, elas saíam de saia plissada. Eu trabalhava na prostituição com aquele cuidado para saber as notas deles, e a maioria de nós faz isso. Existe uma ou outra que não faz, como tem em todos os segmentos quem não cuida dos filhos. Quantas pessoas não cuidam dos filhos? Aqui está tudo bem, bonitinho, mas eu sou realista. Sou uma mulher corajosa e não tenho medo de falar. Infelizmente... Eu era até para estar no Parlamento, sabe, para fazer diferença. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Era mesmo.

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Já fui candidata a Vereadora, já fui do PPS, já fui do PT e estou na questão do PSOL, mas eu vou dizer uma coisa. Eu nem quero, sabe, porque eu tenho de depois até falar uma bobeira dessas. Como é que eu falo uma coisa dessas, gente? (*Risos.*) Quem tem que cuidar das crianças somos nós, é todo mundo, é a senhora, como Deputada, que sabe fazer lei, fazer uma lei para ter escola de qualidade. Nós não precisamos fazer projeto para curar *gay*, precisamos fazer projeto para curar toda a sociedade. Nós precisamos ter um sistema brasileiro penitenciário de qualidade, como eu acabei de falar. Nossos jovens estão morrendo a toda hora e eu não vejo ninguém falar disso aqui. Estamos falando nós aqui. Aí eu vou me preocupar com a questão da prostituição e achar que estas duas prostitutas que estão aqui..., não é legítimo? É mais do que legítimo, Deputada. Talvez a senhora, me desculpe, não seja legítima para o povo brasileiro, quando a senhora coloca uma coisa dessas. Fiquei revoltada!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Calma, tenha calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Lourdes Barreto.

Nós vamos ouvir aqui a Cida, que quer fazer algumas considerações. Depois, a Deputada Antônia Lúcia, que está...



A SRA. MARIA APARECIDA MENEZES VIEIRA - Eu agora vou falar como puta e como mãe. Eu tenho filhos, eu tenho meu horário de trabalho, eu tenho minha família, e amo e sou compreendida. Embora filha de delegado, família militar, regime militar, mas todos... Dou respeito para ser respeitada e todos me respeitaram.

A questão da educação: a educação só está fraca porque não tem uma prostituta dentro da sala de aula para falar sobre educação sexual. Não haveria exploração sexual, porque ia ensinar muita coisa. Ninguém estaria apto a fazer isso, porque de sexo nós entendemos. A questão da profissão: como todas as profissões começam com 16, você está apta... Dezesete... Com certeza, a profissão também é acima de 18 anos. E isso seria muito bem explicativo quanto à legalização. E a questão vai... Muita questão de violência doméstica que eu acompanho às vezes é por isto: não teve uma educação dentro de sala de aula, de faculdade que falasse a questão, a necessidade do entendimento da questão sexual. Porque o pai não tem esse domínio; a mãe, vergonhosa; a professora, piorou. Então, quando colocarem uma prostituta para falar de sexo, muita coisa vai melhorar; a legalização acima de 18 anos, bem esclarecida para a população, e vamos quebrar muito a questão da exploração do adolescente e da criança, porque a criança tem que ser protegida.

A gente vive falando nessa questão, mas campanhas com prostitutas na rua, ninguém quer colocar isso. Coloque-se prostituta e fale-se: *"Sexo? Só acima de 18 anos. Isso é crime! Estamos denunciando."* Vamos ver como o Brasil vai melhorar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Cida.

Deputada Antônia Lúcia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Em primeiro lugar, eu acho que talvez a minha fala não tenha sido bem compreendida. Eu não sou perseguidora de nenhuma das classes sociais que representem quaisquer que venham a ser as minorias, inclusive a profissão que vocês estão tentando legalizar...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Regulamentar.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Regulamentar, legalizar, incentivar ou qualquer coisa parecida.

E quanto à colocação do doutor...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Thaddeus.



A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Thaddeus, Prof. Thaddeus, pesquisador... Lamentavelmente, eu acho que o senhor entendeu mal. Quando eu fiz menção à Palavra, ao nome mais honrado, na minha opinião, que é Jesus Cristo, que eu acredito que é..., de todos os seres humanos, independente de credo religioso... Eu creio que cada ser humano adota um Deus, adota um Jesus Cristo, mas eu faço menção ao meu. Lá na minha Bíblia, doutor, está escrito que quando Jesus andou na Terra ele pediu água a, sabe a quem, não foi a uma doutora, não foi a uma professora, não foi a uma pastora. A pastora pediu água a ele e ele disse: *“Olha, mulher, se tu soubesses quem eu sou nem falaria comigo”*. Tratava-se de uma prostituta. Ele revelou a ela, segundo a Bíblia, seus pecados e a perdoou. E disse: *“Vai, mulher”*. E foi a pessoa que mais propagou o nome de Jesus Cristo. Agora, qual é o nome? As benfeitorias, o amor que estava sendo derramado, que se resume em Jesus Cristo. E esse amor é o amor ao próximo.

Quanto à família, eu sou a favor da família..., da família que se dá ao respeito. A família é aquele que a gente escolhe para amar. A família não é obrigatoriamente aquele que tem a mesma corrente sanguínea minha, dos meus pais, etc. Então, eu acho que a sua visão em relação ao meu pensamento foi literalmente deturpada.

Em relação à educação, que nós temos que estar preocupados com as demais demandas que estão relacionadas à educação, é claro e evidente. Quando é que nós vamos discutir isso? Hoje, aqui, agora. Vamos discutir essa questão da regulamentação da prostituição; nós vamos discutir aqui a questão das drogas; nós vamos discutir aqui a exploração sexual infantojuvenil... Então, não adianta porque neste Parlamento não passa nada, senhor, sem debate. Não existe legalização, nem reconhecimento, nada aqui se torna projeto de lei. Nenhuma PEC aqui é aprovada sem um amplo debate. Então, a minha proposta aqui foi tão única e tão somente dizer ao senhor e a todos nós que estamos aqui presentes que isso é um debate muito importante para o nosso País e que precisa ser levado para as regiões do nosso País de uma forma bem divulgada, legalizada, como nós tratamos a questão do tráfico de pessoas, como nós tratamos a questão das defensorias públicas em várias comissões.

Então, sinceramente, eu não tive nenhuma intenção de ofender a Sra. Lourdes. Se em algum momento na minha fala isso transpareceu, me perdoe,



porque eu não tenho nenhum desejo... Até porque a senhora disse que é uma heroína por ajudar a combater a exploração sexual. E talvez o movimento... E talvez eu não venha a ser. Ocorre, senhora, que eu acho que a senhora tem um pouco mais de idade até para ser — quem sabe? — minha avó. Com todo respeito...

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Até bisavó.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - É, não teria nenhum problema. Mãe, irmã, avó. Mas eu não tive em nenhum momento a intenção de ofendê-la, nem de desclassificá-la. Só estou fazendo o meu papel de Parlamentar, de responsabilidade com o povo que eu represento, que não é o segmento tão somente evangélico. Eu represento o nosso País, o nosso Estado. Então, esse rótulo não cabe à minha pessoa. Eu sou a favor do debate amplo para se conquistar... Como eu já disse, numa sociedade moderna, só tem vez e voz, Deputado Jean, quem está organizado. Então, essa é a minha colocação. Peço-lhe desculpas, mais uma vez, senhora, porque eu, sinceramente, não tive a intenção de lhe ofender e nem tampouco fazer com que a senhora se sinta humilhada diante de quem quer que seja. Muito pelo contrário, eu respeito os seus cabelos, a sua idade e... Peço à senhora que me compreenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputada Antônia.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Deputado Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Ficou claro para nós, e V.Exa. tem toda razão: esse é um projeto para ser debatido. Não estamos negando isso e acho que sua fala é muito pertinente nesse sentido. Nada é aprovado aqui sem um amplo debate, um debate que tem que ser, sobretudo, honesto intelectualmente.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Claro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Como eu disse, tem que haver discernimento. O exercício da política demanda discernimento. A psicanálise já tinha dado uma colaboração muito grande para a gente, dizendo que nós temos uma estrutura em nós chamada inconsciente, ou seja, nem tudo o que a gente fala está controlado pela nossa consciência. Muitas vezes o que a gente fala é materialização de algo que está inconsciente em nós. Embora não tenha havido intenção da sua parte...



A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Claro.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu acredito que não houve, de fato, intenção da sua parte de ofender as prostitutas.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Não.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - As palavras foram inconscientemente ofensivas porque falaram de preconceitos que são inconscientes. E aí foge do seu controle.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Isso pode até ter ocorrido nas entrelinhas, mas...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - ... jamais eu...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não, eu sei.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Não tenho preconceito contra qualquer decisão pessoal.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só vou concluir, Deputada. Isso está claro para a gente, aqui, que não houve...

A SRA. MARIA DE LOURDES ARAÚJO BARRETO - Deputado, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho, Lourdes.
(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Lourdes, só um minutinho. Porque nós estamos já na conclusão. Haverá outra sessão nesta sala daqui a pouco, e ainda há pessoas inscritas para falar. Então, eu peço...

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Só vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado, conclua.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Então, é só para dizer que ficou claro para a gente que não houve intenção da sua parte. Conscientemente, você não quis, mas as palavras acabaram sendo ofensivas.

Por fim, eu não acho, como nós estamos no exercício de um dos três Poderes da República, que é o Poder Legislativo, e sendo o nosso Estado um Estado laico e democrático de direito, eu não acho por bem a gente sequer evocar as questões de Jesus. Eu acho que isso não é pertinente nessa discussão aqui. Mas, já que foi evocado, só para a gente concluir, é certo, além da passagem clara que Jesus disse



que as prostitutas entrarão no céu muito mais rápido, primeiro e antes dos fariseus, quando ele diz à mulher prostituta “*vai e não peque mais*”, não quer dizer que Ele esteja se referindo necessariamente ao exercício da profissão. Exatamente. Não sabe. Então, a Bíblia está sujeita a interpretações. Só para a gente encerrar esse papo Bíblia, já que a gente está num Estado laico e democrático de direito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quer concluir, Deputada? (Pausa.) Pois não.

A SRA. DEPUTADA ANTÔNIA LÚCIA - Não, na realidade, Presidente, é que, por eu ter a minha opção religiosa, assim como ela tem a dela, de estar exercendo a profissão, sempre fica esse atrito de tentar mascarar a realidade, mas a realidade, senhora, é que estamos aqui para resolver uma causa social que envolve seres humanos do nosso País. Isso precisa ser realmente analisado e respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Claro.

Sra. Joana D’Arc, advogada do Estado do Acre, está com a palavra.

A SRA. JOANA D’ARC VALENTE SANTANA - Eu queria cumprimentar a sessão, naturalmente. Já conheço alguns aqui, a Deputada que chegou agora, a Deputada Antônia Lúcia. Eu queria mesmo me dirigir a você, querida Lourdes. Eu estou encantada com sua grandeza humana, mas, como cheguei do Acre, os Deputados aqui já me conhecem, eu tenho um trabalho com uma ONG em direitos humanos que atende as cidadãs menores da fronteira do Acre com o Peru, com a Bolívia — e nem quero que ela vire para olhar para mim —, porque vim do Acre. Como eu disse, eu estou muito encantada com a senhora. Eu quero lhe dar um abraço ainda, mas eu queria dizer que a senhora disse que a Deputada não representa. Eu estou aqui, e não quero que ela vire para cá, mas ela representa... Exatamente porque a gente vem de uma região que ainda luta até hoje para fazer parte do Brasil, que é o Estado do Acre, e a nossa luta lá é desigual. Sabe, querida. Então, eu suponho que a Deputada falou nas crianças dessa forma de geração futura, porque lá a gente convive com essa banalização.

A Comissão já esteve no Acre. Eu prestei depoimento lá. As suas palavras definem exatamente isso, como a sua também, querida, quando fala dos adultos. Eu acho que o seu colo deve ser um país, porque a senhora descreveu o país com todas as suas palavras. Como eu previ, e por isso eu fui ao Deputado Jordy pedir a



palavra para dizer que é sempre assim. O que eu mais gosto é desse debate de ponta cabeça, norte a sul, leste a oeste, porque, enquanto a gente não divergir, Deputado Jean Wyllys, a gente não vai convergir.

Então, eu só queria que ficasse claro, porque também foram para o lado de Jesus Cristo e tal. Não é essa a questão. São opiniões divergentes que convergem para uma opinião. Eu quero deixar o registro que me doeu ouvir — não lembro o nome do cidadão que está aí do seu lado — dizer que a nossa educação no Brasil é esse caos. Para a gente ouvir isso de um cidadão não brasileiro, dói, como dói para nós acrianos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. JOANA D'ARC VALENTE SANTANA - Disse, mas não é essa a questão. O que eu quero dizer é que é isso. A gente ouve de uma maneira, ecoa de outra, mas eu queria que ficasse o registro que a Deputada Antônia Lúcia nos representa, porque eu que sei a luta que temos no Acre. Os Deputados estiveram lá e conferiram.

Parabéns pela sessão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Joana D'Arc.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho.

O SR. THADDEUS GREGORY BLANCHETTE - Eu sou cidadão brasileiro esperando o Ministério de Justiça entregar os documentos corretos para meu pedido de naturalização, que está parado lá há 6 anos. Todo o nosso sistema de imigração neste País está engavetado. Agora, faz 10 anos o projeto de melhorarmos o sistema de imigração, em função, parcialmente, por causa desse debate sobre o tráfico. Nós não estamos preocupados com imigrantes, não estamos preocupados com o tráfico. Eu falo português, embora com sotaque, e tenho um doutorado e sou professor federal e um dos raros imigrantes que pode dizer: *“Olhe, o sistema não está funcionando.”* Então, se eu não sou ainda cidadão brasileiro, é culpa minha? A culpa é da burocracia federal, imigrantista, que está segurando meu pedido há 5, 6 anos.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Não vamos ensejar a xenofobia aqui, não é? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por favor!



Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu queria dizer que festejo quando há polêmica, porque todo consenso *a priori* é estúpido. Que bom que nós temos polêmicas! Isso requer, cada vez mais, o exercício do debate. O tema é instigante para isso.

Eu queria cumprimentar a Deputada Flávia, que foi autora da iniciativa desta discussão, e agradecer a todos os nossos convidados pela presença.

Acho que precisamos fazer uma série de desconexões, que *a priori* estão feitas entre família e prostituição. Foram esclarecedores o depoimento da Lourdes e o depoimento da Cida. Eu conheço boa parte da família da Lourdes. Ao contrário, boa parte da família dela é militante social que não enveredou para a prostituição. A Leila é professora de universidade, militante, coordena uma ONG que faz um trabalho fantástico de prevenção das populações vulneráveis no Estado do Pará. Portanto, não há conexão.

A questão da religião idem, idem, idem, até porque a grande maioria dessas mulheres que são vítimas pela circunstância — não são todas que são assim, existe a opção mesmo, é um direito delas —, o que já foi relatado aqui. Nós conhecemos pela CPI vários depoimentos que representam essas estatísticas.

Há mulher que sai da igreja, engravida e é literalmente expulsa de casa, sem a menor possibilidade de encontrar qualquer outro tipo de amparo, nenhum tipo de amparo. Às vezes, ela se encosta provisoriamente na casa de uma amiga e envereda para a prostituição para poder comprar o leite do filho, que está para nascer. Esse enredo é absolutamente recorrente nas nossas estatísticas. No Estado do Pará, nós já entrevistamos dezenas de mulheres vítimas dessa situação e de outras atividades criminosas.

Como princípio deste debate, Deputada Antônia, ninguém, independentemente das diferenças de opinião que possa haver — é saudável que haja —, concorda com a criminalização. Nenhum de nós concorda com a criminalização, está certo? Bom, se ninguém concorda com a criminalização, ninguém pode admitir o olhar do crime nessa atividade. Como ato consequente disso, nós precisamos ter um olhar mais generoso para essa proposta da regulamentação, porque é o resultado quase imediato da não criminalização.



Precisamos ver como é que a gente categoriza isso. Nessa categorização, todo debate é fértil.

Nós precisamos ter várias opiniões. Eu mesmo tenho alguns reparos ao projeto do Deputado Jean Wyllys no sentido de acrescentar, melhorar ou fazer restrições, mas são pontuais, porque precisamos reconhecer a necessidade. Se somos contra a criminalização dessa atividade, nós precisamos definir, legalizar, regulamentar essa atividade. Saber qual é a modalidade, o modo, o modelo disso é outra discussão que nós podemos aprofundar.

Nós podemos aprovar o requerimento, nesta audiência pública, de autoria da Deputada Flávia, recomendando ao Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves, a imediata constituição da Comissão para analisar o projeto que até então está aguardando posição da Presidência da Casa, da Comissão Especial...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É uma Comissão Especial que passa por quatro Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso. Que nós possamos sugerir, Deputada Antônia, por unanimidade dos membros da Comissão — aí eu consulto a Deputada Carmen, a Deputada Flávia, o Deputado Jean Wyllys e todos —, como conclusão desta audiência, um requerimento ao Presidente Henrique Eduardo Alves para que ele possa constituir a Comissão Especial para apreciar a proposta do projeto de lei de autoria do Deputado Jean Wyllys.

Se todos estão de acordo, considero aprovada essa sugestão.

Nós já alcançamos o quórum na nossa Comissão. Aproveito esse quórum para que possamos aprovar a ata da 62ª reunião e indago se há necessidade da leitura da ata pelos Deputados.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Dispensa.

A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dispensada a leitura da ata, por solicitação da Deputada Carmen Zanotto e do Deputado Jean Wyllys, a ata está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.



Os Deputados e as Deputadas que são favoráveis à aprovação da ata mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Há um requerimento do Deputado Luiz Couto na pauta, que requer seja requisitada do Ministério Público do Estado de São Paulo uma cópia do inquérito policial que culminou com a investigação que levou à interdição da ONG denominada Lar Somando Forças, suspeita de abrigar travestis vítimas do tráfico humano, onde eram explorados sexualmente no Estado de São Paulo. Essa matéria foi fartamente divulgada na imprensa, e o Deputado Luiz Couto apresenta esse requerimento.

Eu submeto o encaminhamento da matéria às Sras. e aos Srs. Deputados que, por acaso, queiram encaminhar a votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar, coloco em votação o requerimento do Deputado Luiz Couto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

O requerimento do Deputado Luiz Couto está aprovado por unanimidade desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos os nossos convidados e convidadas pela presença, bem como às Sras. e aos Srs. Deputados e a todos que participaram desta reunião.

Convoco reunião para o próximo dia 20 de agosto, terça-feira, às 10 horas, em plenário a ser definido nesta Câmara dos Deputados.

Boa tarde a todos.

Faremos agora uma foto histórica.